

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Thaís Ferreira Gomes Cordeiro

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM AMARTYA SEN E SUA
RELAÇÃO COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Belo Horizonte

2018

Thaís Ferreira Gomes Cordeiro

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM AMARTYA SEN E SUA RELAÇÃO
COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Francisco Lopes Cançado Júnior

Belo Horizonte

2018

“O começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são”.

Aristóteles (384 a.C - 322 a.C)

RESUMO

A necessidade de compreender a realidade que nos cerca, exige medidas claras e, muitas vezes, numéricas, a fim de expressar os dados que não possuímos conhecimento. Dessa forma, os indicadores sócias fazem-se de instrumentos para que essa realidade possa ser estimada e, assim, interpretada, favorecendo o trabalho, sobretudo, dos formuladores de políticas públicas. Sendo assim, este trabalho pesquisa, primeiramente, a teoria na qual o Índice de Desenvolvimento Humano é embasado, elucidando a teoria de Amartya Sen, de modo a expor suas principais contribuições para este indicador. A partir disso, é explanada toda a evolução da metodologia no cálculo do IDH, evidenciando as modificações feitas desde 1990 até 2015 e justificando-as com base nos relatórios de Desenvolvimento Humano feitas pelo PNUD. Também são expostas as críticas de alguns autores com relação à metodologia, ou fundamentação teórica do IDH, finalizando com os avanços atingidos pela implementação há 25 anos deste indicador. Os Objetivos Sustentáveis do Milênio (2000), assim como do Desenvolvimento Sustentável (2015) são discutidos como demonstração do impacto positivo do IDH, na comunidade internacional. Por fim, o trabalho conclui que embora o conceito do Desenvolvimento Humano não tenha sido incorporado verossimilmente ao IDH devido ao fato de ser bastante amplo, o cálculo deste indicador, assim como sua evolução, respeitaram os princípios fundamentais da teoria de desenvolvimento de Amartya Sen.

Palavras-chave: Liberdade, capacidades, desenvolvimento, desenvolvimento humano, indicador econômico, Índice de Desenvolvimento Humano, Amartya Sen, agente econômico

ABSTRACT

The need to understand the reality around us requires clear and often numerical measures in order to express the data that we do not have knowledge of. In this way, the social indicators are the instruments that allow us to estimate this reality and, thus, interpret it, facilitating the work, above all, of the formulators of public policies. Thus, this work aims, first, investigate the theory in which the Human Development Index is based, elucidating the Amartya Sen theory, in order to expose its main contributions to the formulation of this indicator. After this, all the evolution of the methodology in the calculation of the HDI is explained, evidencing the modifications made from 1990 to 2015 and justifying them based on the Human Development Reports made by the UNDP. This work will also show some authors that criticize the methodology, or the theoretical basis of the HDI. Furthermore, it will conclude with the progress achieved by the implementation of this indicator for 25 years. The Millennium Development Goals (2000) and Sustainable Development Goals (2015) are discussed as a demonstration of the positive impact of the HDI on the international community. Finally, this paper concludes that although the concept of Human Development has not been easily incorporated into the HDI due to the fact that it is quite broad, the calculation of this indicator, as well as its evolution, has respected the fundamental principles of the development theory of Amartya Sen.

Keywords: Freedom, capacities, development, human development, economic indicator, Human Development Index, Amartya Sen, economic agent

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Diagrama do Índice de Desenvolvimento Humano

FIGURA 2 – Objetivos sustentáveis do Milênio

FIGURA 3 – Objetivos do desenvolvimento sustentável

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dimensões, indicadores e parâmetros do IDH, em 2016

QUADRO 2 – Indicadores e valores relativos à Georgia

QUADRO 3 – Nível de Desenvolvimento Humano e suas classificações

QUADRO 4 – Dimensões, indicadores e parâmetros do IDH, em 1990

QUADRO 5 – Indicadores, valores máximos e mínimos do IDH, em 1994

LISTA DE SIGLAS

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade de Poder de Compra
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB	Renda Nacional Bruta
UNDP	United Nations Development Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO DE AMARTYA SEN	18
2.2 Liberdade: a essência da teoria de desenvolvimento de Amartya Sen	21
2.3 Capacidades e suas expansões.....	24
3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	28
3.1 O cálculo do IDH.....	28
3.2 Evolução do IDH de 1990 a 2015.....	32
4 CRÍTICAS COM RELAÇÃO AO IDH.....	46
5 A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO: DOS DIAS ATUAIS ATÉ HOJE...49	
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas, ONU, fundada em 1945, após a segunda Guerra Mundial, é uma Organização Internacional que foi criada com o intuito de garantir a paz entre os povos, ou seja, objetivava assegurar um ambiente internacional que prezasse relações de cooperação entre os estados membros, prevenindo, assim, o surgimento de guerras ou conflitos internacionais, através do diálogo. Além disso, a ONU foca suas ações almejando a criação de uma harmonia mundial que contribua com a luta por objetivos comuns, como a resolução de problemas, cada vez mais presentes na atualidade, de cunho econômico, social, humanitário, cultural, dentre outros. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017). Dessa maneira, com a ideia clara à respeito dos propósitos centrais desta Organização, ficou evidente o fato de que esses objetivos só poderiam ser, de fato, satisfeitos, se houvesse uma preocupação maior com a segurança internacional, de modo que reduzisse a violência entre os atores internacionais. Entretanto, para que isso ocorresse, era necessário que as desigualdades econômicas fossem menores entre eles, fazendo com que essas distâncias fossem, cada vez menores, possibilitando um bem estar social e econômico para todos os envolvidos. (MACHADO; PAMPLONA, 2008)

Partindo dessa dificuldade enfrentada pela ONU, em 1965, foi criado o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – que trabalha, sobretudo, com o desenvolvimento humano e o combate à pobreza, defendendo temáticas como a igualdade de gênero e raça, além de se comprometer, desde 2000, com as metas de desenvolvimento do milênio e do desenvolvimento sustentável. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017). Esse órgão das Nações Unidas, de extrema importância para a presente pesquisa, passou por um longo processo de transformação conceitual desde o início de sua existência, uma vez que, a partir de 1990, passou a operar de maneira diferente, se comportando de determinada forma que atingiu maior eficácia com relação às resoluções propostas para o desenvolvimento humano.

Anterior à década de 90, o PNUD era criticado pelas autoridades e atores internacionais, por possuir uma falta de coesão e foco com relação à execução de suas ideias, principalmente, pela falta de organização do seu pensamento estratégico. De forma que, o órgão era visto como relevante por seus objetivos de

extrema importância para o bem estar geral da população mundial, entretanto, não possuía confiabilidade internacional, uma vez que faltava uma definição clara, ou alguma linha de raciocínio que pudesse reger as ações empregadas por ele no ambiente internacional. (MACHADO; PAMPLONA, 2008). Fica evidente a crítica na passagem:

O PNUD daria mais importância à questão de sua neutralidade e da soberania dos países receptores do que a uma estratégia definida para políticas de desenvolvimento. Esta falta de orientação estratégica faria com que os principais países doadores de recursos ao PNUD o vissem como uma agência que fornecia recursos sob condições demasiadamente suaves e sem critério ou orientação (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 60)

Ao fim da década de 1990, o PNUD começou a se movimentar no sentido de rever suas bases e princípios fundadores, almejando conseguir superar essa crise conceitual e direcional, de forma que, “ na década de 1990 diversas reformas foram planejadas, iniciadas e implementadas com o intuito de melhorar a efetividade do PNUD na esfera do desenvolvimento.” (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 60).

Com as devidas reformas feitas após 1990, o PNUD passou a ser relacionado ao Paradigma de Desenvolvimento Humano, incorporando a questão humana ao PNUD, que era formalizada e demonstrada nos relatórios emitidos pelo órgão anualmente, a partir de 1990. Estes relatórios puderam transmitir maior clareza e direcionamento nos objetivos do PNUD, propiciando uma maior credibilidade no cenário internacional e, conseqüentemente, alterando o panorama anterior no qual se encontrava a organização. Em prol de atender à demanda de um desenvolvimento humano mais digno, o PNUD adotou a ideia do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, no qual são analisados alguns indicadores da população de determinado país, que considerem, sobretudo, a qualidade de vida das pessoas, diferentemente de outros que já existiam na época, assim como o PNB, Produto Nacional Bruto. Entretanto é importante ressaltar que o IDH é apenas uma parte da ideia do desenvolvimento humano, uma vez que essa ideia é mais ampla e envolve diversas outras variáveis.

A criação do IDH foi possível devido às ideias do economista Amartya Sen, sobretudo a sua teoria das capacidades e sua ideia à respeito do conceito de liberdade. De acordo com o autor, a economia atual possui algumas características surpreendentes, dentre elas, o fato de que esta não mais se preocupa diretamente com as questões éticas. Sen (1999) acredita que a economia contemporânea

deveria se atentar mais para as questões direcionadas ao comportamento humano, uma vez que este é quem vai decidir os passos econômicos a serem tomados em determinadas situações. Dessa maneira, ele enxerga que existe uma carência do estudo à respeito das questões filosóficas mais profundas sobre a forma como as pessoas vivem, as atitudes que possuem, os valores morais que prezam e assim por diante. Outra característica que inquieta o autor é o fato de que a economia nasceu como uma das vertentes da ética, entretanto, com o passar dos anos, como pode-se observar, ela vem se dissociando dessa origem, que o autor acredita ser indispensável para a melhor compreensão da Ciência Econômica.

A economia possui basicamente duas origens¹ que podem ser conhecidas como a ética e a engenharia. A ética, segundo Aristóteles, juntamente com a política, permeia a economia no sentido de assegurar o aspecto econômico de ganhos, apenas como um meio de se atingir um bem maior, no caso, uma melhoria de vida da humanidade, de modo a não criar um interesse absoluto e restrito sobre os lucros obtidos com a produção econômica. (ARISTÓTELES apud SEN, 1999)

Dessa forma, para Sen (2000) o Desenvolvimento Humano é algo imprescindível para a vida dos indivíduos, como pode-se notar na passagem:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda, sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2000, p. 28)

Dessa maneira, o autor expressa a necessidade que ele próprio enxerga na união de desenvolvimento humano e econômico e para embasar essa ideia ele discorre à favor da expansão das capacidades dos indivíduos. Capacidades estas que possibilitam o homem de exercer sua liberdade, melhor definida como “um conjunto de “atividades” e de “modos de ser” que denominam-se "efetivações" (*functionings*), que relacionam o julgamento sobre a qualidade da vida à avaliação da capacidade de desempenhar funções (SEN, 1993). Segundo Sen (2000), a privação das liberdades é um relevante fator que contribui no sentido de retardar o desenvolvimento, visto que as pessoas perdem o direito de usufruir de suas capacidades, mesmo que as possuam. Isso ocorre em grande parte das economias,

¹ Origem da engenharia será explicitada no decorrer do trabalho

uma vez que, mesmo países considerados ricos pelo alto produto nacional, apresentam altas taxas de violência, fome, desemprego e assim por diante.

A partir de tal situação, pode-se observar que o sistema político é um dos definidores de como as capacidades poderão ser manuseadas pelos indivíduos, já que uma ditadura, diferentemente de uma democracia, estará mais propensa a restringir as liberdades dos cidadãos. Há, ainda, alguns teóricos que alegam a necessidade de sistemas autoritários, exatamente para reduzir ou acabar com as liberdades pessoais, de forma à impulsionar o crescimento econômico sem nenhuma forma de restrição, tese esta, profundamente contrária a do autor.

Sendo assim, Sen (2000) argumenta em prol da defesa da expansão das capacidades, a fim de que os indivíduos estejam cada vez mais aptos à fazerem suas próprias escolhas em uma sociedade que visa possibilitar à toda a sua população, um ambiente igualitário de tomada de decisões. Dessa maneira, de acordo com a teoria de Amartya, quanto maior for o número de capacidades permitidas para a sociedade, maior é o nível de Desenvolvimento social/humano daquele determinado povo, uma vez que estes terão um maior campo de escolha, decidindo por aqueles “modos de ser” que o farão sentir melhor. Portanto, a partir de conceitos presentes na obra de Amartya Sen, o trabalho será desenvolvido com o foco em compreender a influência do pensamento do autor na fundamentação teórica do IDH, através sobretudo, do estudo das definições de “Desenvolvimento”, “Liberdade” e “Capacidades” presentes nas obras deste. Visto isso, o presente trabalho de pesquisa será fundamentado, sobretudo, no conceito de expansão das capacidades de Amartya Sen, referente à maximização de liberdades dos indivíduos em dada sociedade.

O conceito de capacidades pode ser compreendido como os modos de vida que o homem pode escolher ter, nas palavras do filósofo: “(...) capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)” (SEN, 2000, p. 95). Como exemplo, Sen aborda o caso de uma pessoa que passa fome por não ter condições financeiras para comprar alimentos, enquanto que a outra passa fome por estar de jejum, em ambos os casos a pessoa não come, entretanto, no segundo, o indivíduo optou por estar em tal situação, enquanto que no primeiro caso, ele não teve escolha devido à circunstancia

econômica da sua situação, caracterizando, portanto, um quadro de privação de capacidade (SEN, 2000).

Dessa forma, o objetivo de Sen ao explicar o conceito de expansão das capacidades ocorre a partir da necessidade sentida por ele de uma maximização das escolhas individuais, a fim de que os indivíduos estejam, cada vez mais, próximos de aumentarem suas liberdades, propiciando uma evolução, mesmo que vagarosa, no desenvolvimento humano. Assim sendo, é notável a preocupação do autor na defesa de um progresso econômico, entretanto, que este esteja atento não só com o aumento na produção global, mas, também, com a resolução de problemas sociais e políticos. À vista disso, a expansão das capacidades é algo de extrema relevância para balancear o desenvolvimento como um todo, conciliando qualidade de vida, bem estar geral e crescimento econômico (SEN, 1993).

Além de Amartya Sen, outro colaborador para a formulação do IDH foi Mahbudul Haq, um economista indiano que, semelhante à Sen, defendia uma outra perspectiva sobre o crescimento da sociedade, no que tangencia questões de desenvolvimento econômico-social. Haq, igualmente, acreditava na necessidade da existência de um elo entre a qualidade e a distribuição do crescimento econômico, contrariando a ideia deste ser levado em conta apenas por análises quantitativas. Segundo o autor:

Muitas escolhas humanas se estendem além do bem-estar econômico. Conhecimento, saúde, meio ambiente não poluído, liberdade política e os prazeres simples da vida não dependem muito da renda (...) uma obsessão excessiva com a geração de riqueza material pode obscurecer a meta de enriquecimento da vida humana (HAQ, 2007a, p.63)

Visto isso, a contribuição de Mahbudul Haq é, semelhantemente, importante para a construção e elaboração de um pensamento crítico à respeito dos fundamentos que sustentam a criação do Índice de Desenvolvimento Humano.

Sendo assim, o presente trabalho de pesquisa irá responder ao questionamento referente à criação e evolução do cálculo do IDH. Avaliando se, entre o período de 1990 até 2015, os princípios teóricos de Sen, pautados na abordagem das capacidades estiveram, de fato, presentes na formulação desse índice. Explicando de outra maneira, o foco principal será analisar a influência do pensamento de Amartya Sen na fundamentação do Índice de Desenvolvimento

humano. Enquanto isso, como objetivos específicos, o trabalho irá apresentar como Amartya Sen desenvolveu o conceito “expansão das capacidades”; o cálculo do IDH, a evolução do método deste cálculo nos últimos vinte e cinco anos, além de identificar a forma como a teoria de Sen está presente na formulação do IDH.

Para que tal pesquisa seja possível, é de extrema importância o estudo à respeito do autor Amartya Sen, suas crenças, ideologias, reclamações e angústias, a fim de que seja possível o entendimento completo e bem fundamentado de sua teoria. Começando pela obra “Sobre ética e economia”, Sen se preocupa com o fato da economia atual, de maneira surpreendente, não mais se atentar às questões éticas, diferentemente do que ocorria em décadas passadas. Sen acredita que a economia contemporânea deveria se preocupar mais com as questões direcionadas ao comportamento humano, uma vez que este é quem irá decidir os passos econômicos a serem tomados em determinadas situações. Dessa forma, ele enxerga que existe uma carência do estudo à respeito das questões filosóficas mais profundas sobre os indivíduos, respostas à respeito de indagações do tipo: como vivemos, quais são nossas atitudes em certas ocasiões, quais são nossos valores morais e assim por diante. (SEN, 1999)

Enquanto isso, outra característica que o inquieta é o fato de a economia ter nascido como uma das vertentes da ética, entretanto, com o passar dos anos, como pode-se observar, ela vem se dissociando dessa origem, que o autor acreditar ser indispensável para a melhor compreensão da Ciência Econômica. (SEN, 1999) De acordo com o autor:

A importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna (...) examinando as proporções das ênfases das publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão das análises normativas profundas e o descaso das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento real humano (SEN, 1999, p.23)

Visto tal situação, o presente trabalho de pesquisa pode ser reconhecido como importante no âmbito da Ciência Econômica, uma vez que propõe-se a retomar a discussão da raiz econômica, pautada sobretudo, na ética. Dessa maneira, o tema abordado será de grande utilidade para lembrar e explicar melhor uma das origens da economia, que vem, cada vez mais, perdendo seu significado,

sendo negligenciados diversos aspectos sociais e humanos que compõem o conceito estrito da Ciência Econômica.

Após a compreensão à respeito dos princípios da teoria de Sen, explicando especialmente, as questões abordadas por ele sobre a ética e o desenvolvimento no contexto da Ciência Econômica, o IDH será estudado. Para isso, será necessário o pleno entendimento das ideias do autor em prol de analisar qual sua influência para a criação deste índice, avaliando se a teoria deste economista foi capaz de gerar valor no mundo real, de modo a cumprir seu papel.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi desenvolvido, principalmente, com base nas ideias de Sen relativas à expansão das capacidades. Segundo o autor, as capacidades dos indivíduos indicam quais os “modos de vida” que ele pode escolher, ou seja, o conceito de capacidades está ligado à vida que o homem deseja seguir, de maneira que, após essa decisão, ele estará apto a desfrutar de um maior nível de felicidade. Dessa maneira, Sen acredita que é necessário uma ampliação das capacidades existentes, para que os indivíduos tenham uma oportunidade maior de escolhas, de forma a maximizarem seu bem-estar, contribuindo para o avanço do desenvolvimento humano. (SEN, 1993)

Assim sendo, o economista argumenta que a busca pela igualdade de oportunidades e direitos das sociedades, isto é, pela expansão das capacidades é de extrema relevância para a melhoria do bem estar comum, de modo a incentivar a criação de políticas públicas que consigam transformar a realidade dos Seres Humanos, ampliando o leque de opções que eles possam ter.

Outro importante responsável para a definição do IDH foi Mahbud ul Haq, economista indiano que defendia ideias muito parecidas com às de Sen, uma vez que enxergava a deficiência existente por trás de indicadores econômicos, como por exemplo, o PNB. De acordo com Haq :

O PNB, por si só, pouco revela sobre a forma como as pessoas respiram em uma sociedade. Idealmente, uma renda alta permite o acesso a vários serviços sociais e conquistas humanas. Mas se isso acontece ou não, depende de vários outros fatores (HAQ, 2007b, p.206)

Sendo assim, fica claro o fato de que Sen e Haq possuíam grande afinidade de ideias, principalmente, com relação às críticas relacionadas ao sistema econômico vigente. Haq, por sua vez, antes mesmo do desenvolvimento do IDH, já

entendia a necessidade da busca por novas formas que indicassem as carências sociais de determinada região, para que pudessem ser implementadas políticas públicas que fossem, de fato, eficazes para tal realidade. (HAQ, 2007b)

À vista disso, em suma, a presente pesquisa se justifica, não apenas, por visar um tema referente ao desenvolvimento humano, mas também, por permitir um maior leque de informações à respeito dos pilares constituintes do IDH. Dessa forma, ao demonstrar o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano no decorrer desses vinte e cinco anos, a pesquisa contribuirá, evidenciando a forma como a teoria de Sen, sobretudo as capacidades, foram atribuídas à esse cálculo, durante esse período de 1990 à 2015.

Posto que o presente trabalho objetiva responder se a criação e evolução do cálculo do IDH, nesse período de tempo, foi adequada à abordagem das capacidades, o primeiro capítulo deste trabalho conta com uma breve introdução ao tema, a importância da ONU e do PNUD para a criação do IDH. Enquanto isso, o segundo fará uma investigação detalhada à respeito do pensamento do autor, englobando desde as críticas que deram origem à sua pesquisa, passando pelo estudo com relação à ética e os princípios filosóficos morais, fatores de extrema importância, que impulsionaram o processo de construção da teoria de Sen. Para isso, será esmiuçado o livro “Sobre ética e economia” escrito pelo autor em 1988. Após exposta a base da visão de Sen, será estudado igualmente, como ele entende a economia, o conceito de liberdade, cerne da teoria de desenvolvimento proposta por ele, será, também, fortemente discutido. Para tanto, serão utilizados os livros do autor “A ideia de Justiça” e “Desenvolvimento como liberdade”, respectivamente finalizados em 2009 e 1999. Em sequência, a partir da leitura dessas duas obras, serão pesquisadas “as capacidades” dos indivíduos, mostrando quais são, sobretudo, as oportunidades reais subjacentes à cada um.

O terceiro capítulo irá se deter à elucidação do cálculo atual do IDH, assim como da análise à respeito das alterações sofridas no decorrer desse últimos vinte e cinco anos desde a sua criação, isso será possível visto o estudo dos relatórios de desenvolvimento humano, disponibilizados, anualmente, a partir de 1990, pelo PNUD, em seu website. Desse modo, ao cumprir com os objetivos do trabalho, no quarto capítulo, serão apontadas algumas críticas ao Índice de Desenvolvimento Humano, seja pela sua formulação, seja por incapacidades, ou por baixo grau de confiabilidade. E, por fim, no quinto capítulo será debatido o percurso do

Desenvolvimento Humano após a criação do IDH, como se deu seu progresso e quais são, de fato, seus reais impactos no meio nacional e internacional.

2 OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO DE AMARTYA SEN

O fato de que o presente trabalho de pesquisa objetiva, também, apresentar as contribuições da teoria do desenvolvimento de Sen para a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano, exige que haja um estudo detalhado à respeito das raízes do pensamento do autor, desde sua perspectiva com relação à origem da economia até a conceitualização da “expansão das capacidades”, que possuem grande valor na sua linha de raciocínio. Sendo assim, o referencial teórico irá se ater à apresentação dos principais pontos que compuseram o percurso do autor para que este pudesse, finalmente, concluir sua teoria.

2.1 A ética e os princípios da filosofia moral na origem da ciência econômica

Aristóteles, filósofo grego nascido em 384 A.C, já naquela época era um indivíduo que, argumentava Barker (1958), descrevia a importância à respeito do conhecimento sobre o comportamento humano e sua relação com a riqueza, conceitos que, para ele, eram centrais do estudo da economia. Sem se esquecer do papel da riqueza na vida dos indivíduos, o autor demonstrou desde o início da sua obra “Ética e Nicômaco” que a finalidade última dessa ciência seria garantir o bem para o homem e, dessa forma, esta relaciona-se diretamente com o estudo da ética e da política. Sendo assim, o autor atribuiu o devido papel da riqueza à economia: “A vida empenhada no ganho, é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa”. (ARISTÓTELES apud SEN, 1999, p.19)

Com a mesma linha de raciocínio, Sen (1999), autor referencial nesta pesquisa, acredita que a economia atual possui duas características surpreendentes que são o fato de que esta não mais se preocupa tanto com as questões éticas e a contradição existente nessa afirmativa. Amartya Sen acredita que a economia contemporânea deveria se atentar mais para as questões direcionadas ao comportamento humano, uma vez que este é quem vai decidir os passos econômicos a serem tomados em determinadas situações. Dessa maneira, ele enxerga que existe uma carência atual do estudo à respeito das questões filosóficas mais profundas sobre o modo como as pessoas vivem, suas atitudes, seus valores morais e assim por diante. Enquanto isso, outra característica que o inquieta é o fato

de que a economia nasceu como uma das vertentes da ética, entretanto, com o passar dos anos, como pode-se observar, ela vem se dissociando dessa origem, que o autor acredita ser indispensável para a melhor compreensão da Ciência Econômica. (SEN, 1999)

Como discutido anteriormente, Sen acredita no caráter ético da economia. O autor, partindo de ideias desenvolvidas pelos filósofos Aristóteles e Smith, desenvolve seu argumento sobre o fato dos princípios morais possuírem grande relevância para o direcionamento da economia. Isso ocorre, uma vez que, pautando-se neles, essa ciência é capaz de enxergar o aumento da renda não como um fim em si próprio, mas como um meio de se atingir um bem maior, a melhoria de vida da humanidade, o acesso aos direitos fundamentais por parte dos indivíduos, o maior desenvolvimento humano, dentre outros. Dessa maneira, Sen demonstra que a ética não pode ser excluída da economia, como vem ocorrendo. (SEN, 1999)

Por outro lado, existe uma outra visão que defende que a economia originou-se da engenharia. Nessa linha de pensamento, Amartya critica o fato de não haver uma preocupação com as preferências e motivações dos indivíduos, mostrando que essa perspectiva ignora a ética e os valores morais da sociedade, de modo que estes aspectos são estudados de forma bastante simplista. Sendo assim, na visão de Sen, tal abordagem elimina a importância da caracterização dos indivíduos, enxergando-os como meras variáveis de análise econômica, de modo a desconsiderar sua complexidade. (SEN, 1999)

Nessa área, comenta Sen (1999), William Petty foi um economista-filósofo de alta significância, tendo sido precursor da abordagem numérica das ciências econômicas, construindo uma linha de raciocínio pautada na aritmética política. Além de Petty, Leon Walras, foi outro autor de grande renome que buscou explicar a economia priorizando o caráter numérico, dessa forma, Walras foi um dos pioneiros à resolver problemas técnicos, originários, sobretudo, pelo funcionamento do mercado, apenas com aparatos matemáticos. Embora o autor, Amartya Sen, concorde veemente com a vertente ética, ele não desfaz da engenharia, acreditando que ela é de extrema importância para a economia, sobretudo, na resolução de tais problemas técnicos.

Não afirmo que a abordagem “engenheira” da economia não foi proveitosa. A meu ver, frequentemente o foi. Muitos são os aspectos aos quais a economia conseguiu proporcionar melhor compreensão e esclarecimento precisamente graças ao amplo emprego da abordagem engenheira (SEN, 1999, p.21-22)

Dessa forma, o autor defende a ideia do retorno da associação da economia à ética, argumentando que, desse modo, juntando-se à vertente da engenharia, a economia possuirá uma capacidade produtiva ainda maior. (SEN, 1999)

Uma das grandes críticas de Amartya à economia contemporânea é o fato do comportamento racional ser dado como premissa básica para o estudo comportamental dos indivíduos, entretanto, o economista enxerga que tal assunto é um pouco mais complexo. Isso decorre das dúvidas concernentes à ação individual pautada na razão, isto é, será que mesmo que os agentes agissem com base na racionalidade, eles seguiriam sempre essa lógica? Não haveria erros, experimentações, ou confusões, por parte do indivíduo, no decorrer do processo da tomada de decisão? Essas são algumas das hesitações de Amartya Sen, que o faz refletir e discordar dessa linha de pensamento, considerada por ele restrita. (SEN, 1999)

Visto isso, Sen remonta os pensamentos de Adam Smith, na teoria dos Sentimentos Morais, elucidando a interpretação errônea que é dada à obra deste autor, quanto à racionalidade do comportamento humano. Na visão de muitos estudiosos, Smith concebeu como a principal característica dos indivíduos, no processo de tomada de decisões, o egoísmo, de modo que, estes economistas partem desse pressuposto de motivação humana para suas posteriores análises econômicas, quando na verdade, este termo é interpretado por Sen não como egoísmo, mas sim prudência. (CREDER; ARAUJO, 2013)

Com posição semelhante, alguns intelectuais distorcem outro conceito smithiano de suma relevância, o auto-interesse, interpretando-o sob uma ótica estrita quando comparado ao verdadeiro significado desse termo. Uma passagem bastante conhecida de Smith, por vezes responsável pela má compreensão à respeito do auto interesse, dá-se em:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, do padeiro, que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles tem dos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter (SMITH, 1806, p.20 tradução própria)²

² It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages

Para Sen, o auto-interesse não pode ser compreendido de maneira simplista e reduzida, uma vez que, a leitura de “A Riqueza das Nações” exige um entendimento acurado, de modo à reduzir interpretações que descaracterizam a natureza humana presente na obra de Smith. Sendo assim, fica claro a contribuição do pensamento smithiano para a teoria do desenvolvimento de Amartya Sen, detalhada mais à frente. (CREDER; ARAUJO, 2013)

Por fim, Letiche (1999) argumenta que o entendimento pobre à respeito da obra de Adam Smith, pautado, sobretudo, na ideia de maximização do auto-interesse, influencia o pensamento da teoria racional, que tem servido de base para os princípios da economia contemporânea. Dessa maneira, o avanço no campo de estudo dessa ciência fica impedido, afetando, diretamente, a melhora das condições socioeconômicas dos indivíduos.

Partindo da real visão de Smith sobre a teoria dos Sentimentos Morais, interpretadas por Sen com bastante exatidão, este desenvolve a sua teoria, atribuindo outros conteúdos e pontos únicos, de modo à buscar uma compreensão do comportamento humano, voltando sua análise para a liberdade e “capacidades” como forma de compreender e avaliar a disposição de vantagens dentre os indivíduos presentes na sociedade, objetivando contribuir para o desenvolvimento de uma economia mais produtiva e justa para todos. (SEN, 1999)

2.2 Liberdade: a essência da teoria de desenvolvimento de Amartya Sen

Amartya Sen, dentre outros defensores da teoria do desenvolvimento, diferentemente dos simpatizantes das teorias do crescimento econômico, vislumbra o caótico contexto político, social e econômico presente atualmente e identifica a urgente necessidade de transformação desse ambiente. A negligência aos interesses comuns da população, a saber: a fome, a falta de educação básica, a carência da segurança social, a dificuldade de se exercer a cidadania e os ataques sofridos pelo meio ambiente, fazem parte das principais razões que direcionaram o foco principal das pesquisas feitas pelo economista Amartya Sen. Visto isso, o autor, através do conceito de expansão das liberdades e das capacidades³, constrói sua teoria desenvolvimentista, com base em um foco informacional particular e específico, ou seja, a forma como o indivíduo ou sociedade será avaliada em termos

³ Termo que será discutido em detalhes no decorrer do capítulo

de justiça ou injustiça advirá da própria concepção do autor à respeito dos princípios filosóficos e éticos os quais ele acredita. (SEN, 2000)

Dessa forma, pode-se compreender a diferença entre as demais abordagens de desenvolvimento existentes, a partir da determinação da perspectiva utilizada em cada caso, como por exemplo, a abordagem do utilitarismo, a qual a situação de vantagem/desvantagem do indivíduo em relação aos demais é avaliada, sobretudo, de acordo com a felicidade individual ou o prazer. Diferencialmente, a abordagem dos recursos enfatiza a renda e a riqueza do Ser Humano, restringindo-se a uma comparação estritamente baseada em termos materiais. Em contraste com as citadas anteriormente, a abordagem das capacidades avalia a vantagem individual fundamentando-se nos princípios da liberdade, de forma simples, na oportunidade de uma pessoa decidir tomar determinada ação por livre espontânea vontade, por valorizar aquilo e não por uma questão de falta de opção, de privação. (SEN, 2011). “[...] a ideia de liberdade também diz respeito a sermos livres para determinar o que queremos, o que valorizamos e, em última instância, o que decidimos escolher.” (SEN, 2011, p.266)

Sendo a essência de suas ideias, a liberdade possui duas justificativas para assumir tal papel: a avaliatória e a eficácia. A primeira, explicitada anteriormente, diz respeito a avaliação do progresso de acordo com a maximização das liberdades pessoais. Já a segunda, relaciona-se com o fato do desenvolvimento depender inteiramente da ação dos agentes, ou seja, dos indivíduos e vice-versa. Para a melhor compreensão, pode-se dizer que o agente livre não é apenas uma parte integrante do desenvolvimento, mas também, parte contribuinte deste processo⁴. Visto isso, é importante ressaltar que, de acordo com Sen (2000) os agentes, no contexto de sua obra, não são apenas beneficiários passivos do desenvolvimento, mas são também os participantes pró ativos de mudança e impacto nesse processo, seja no âmbito político, social ou econômico. (SEN, 2000).

Segundo o autor, as liberdades substanciais ou substantivas, são aquelas capacidades primordiais, isto é, aquelas referentes à estrutura básica da vida de um indivíduo como o resguardo à fome, à morte prematura e à subnutrição. Esse tipo de

⁴ A título de ilustrar tal situação pode-se pensar na educação, uma das liberdades supostamente inerentes aos Seres Humanos. Com o acesso ao instrumento educacional, um aspecto promovido pelo desenvolvimento, é possível que o indivíduo, ao fazer uso deste direito, consiga produzir conhecimento, por exemplo, a ponto de contribuir e agregar valor ao próprio processo de desenvolvimento. Sendo assim, a condição de agente livre ao mesmo tempo que é “alimentada” pelo desenvolvimento, também pode alimentar este.

liberdade é visto como parte do desenvolvimento, de modo que, a expansão destas e de outras, culminará, no aumento do progresso da sociedade. (SEN, 2000).

Enquanto isso, Sen (2000) aponta o diferente conceito de liberdades instrumentais: contribuir para uma forma de vida mais livre dos agentes, de forma a complementar as outras liberdades, visto a grande inter-relação que se observa entre todas as expressões de liberdade, reforçando, assim, essa importância conjunta. Desse modo, fica claro que a liberdade, além de representar o objetivo crucial do desenvolvimento, constitui, também, o seu principal meio, resultado, sobretudo, desse encadeamento de liberdades. As liberdades instrumentais citadas pelo autor podem ser conhecidas como: “ (1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência* e (5) *segurança protetora* “ (SEN, 2000, p.55).

Sen (2000) também credita ao mercado sua colaboração ao processo de desenvolvimento, mostrando-se claramente à favor da cooperação deste para o progresso econômico global. O autor acredita que não existe um fator capaz de limitar as relações interpessoais, e expandindo essa associação para as relações internacionais, não há, igualmente, a possibilidade de restringir esse contato, de modo que, não há hipótese de abstrair a contribuição do mercado para o favorecimento das liberdades, sobretudo, básicas. Isso ocorre, visto que o mercado fundamenta-se nas relações de trocas entre as nações, sendo, na verdade, propiciado pelas próprias liberdades instrumentais econômicas dos agentes.

Para entender o que Sen denomina como privação de liberdade, pode-se aproveitar o tema da liberdade econômica e explaná-lo no seguinte panorama: a existência de indivíduos que passam por restrições orçamentárias graves e acabam por precisar de se sujeitar às mais perigosas formas de obter sustento próprio, exemplificando, um homem nessa condição financeira, praticante do hinduísmo, recebe uma proposta de trabalho a ser realizada por um dia em uma comunidade de muçulmanos. Devido a necessidade de obter recursos, mesmo que ínfimos com essa oportunidade, o homem decide enfrentar essa diversidade cultural e, entretanto, acaba sendo esfaqueado e, posteriormente, morto pelos opositores religiosos que lá habitavam. Desse modo, percebe-se um dos possíveis efeitos negativos, por vezes, acarretados pela privação, nesse caso, da liberdade econômica. Sendo assim, é importante ressaltar a necessidade do combate aos fatores que possam limitar, de alguma forma, as liberdades dos Seres Humanos.

Não só o mercado ganha notoriedade na teoria de Amartya Sen, ganhando certo destaque no desenvolvimento, mas também: “[...] organizações, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, o sistema educacional e oportunidades de diálogo e debates abertos, incluindo o papel da mídia e outros meios de comunicação” (SEN, 2000, p.23)

Finalmente, conclui-se que, segundo Sen (2000), as liberdades em suas particularidades, possuem grande poder de transformação da sociedade, mas quando vinculadas umas às outras, atingem graus ainda maiores de mudanças, de forma a alcançar, cada vez maiores níveis de desenvolvimento em determinada nação. Liberdades políticas, conhecidas pelos atributos do sistema democrático, oportunidades sociais, baseadas na oferta de saúde e educação, facilidades econômicas, ou seja, a livre participação no comércio e na produção, podem, todas unidas, estimular, fortificar e consolidar o desenvolvimento, juntamente com a ação dos agentes livres.

Sendo assim, após explicados pormenores à respeito da liberdade, cerne da teoria de Sen, o conceito de desenvolvimento que será a base desta pesquisa, apresenta-se como: “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2000, p.10)

2.3 Capacidades e suas expansões

A partir da compreensão de que o elemento constitutivo principal da abordagem da teoria de desenvolvimento de Amartya Sen é a liberdade dos indivíduos, faz-se necessário, agora, esmiuçar as nuances da liberdade. Dessa forma, será exposto o conceito de “capacidade” e, posteriormente, da expansão destas capacidades, noções estas que consistem na base do indicador econômico do IDH, ponto central de análise da pesquisa vigente.

Como já referido anteriormente, Sen (2000) acredita que as demais abordagens existentes, tanto a utilitaristas quanto às que dizem respeito aos bens primários, apesar de possuírem seu valor, não são as melhores opções com relação à avaliação das vantagens relativas dos homens e isso ocorre devido ao fato de que estas não são capazes de englobar todas as variáveis de análise necessárias para que seja compreendido e julgado “a oportunidade real do homem de promover seus

objetivos” (SEN, 2000, p.94). Dessa forma, na medição das vantagens, a função exercida pelos bens primários pode ser interpretada como um *meio* (de se obter mais opções, capacidades) e não como um *fim*, isto é, quando tem-se estes bens, mais facilmente, conseguirá atingir seus objetivos, alcançando um outro patamar de realização pessoal.

Na teoria de Sen, as capacidades são vistas como as liberdades substantivas que os homens possuem, dessa maneira, “a capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela.” (SEN, 2000, p. 95). Sendo que, funcionamentos representam: “ as diversas coisas que as pessoas podem considerar valioso fazer ou ter” (SEN, 2000, p. 95). Visto isso, pode-se interpretar as capacidades como sendo o modo de viver escolhido por cada indivíduo, fundamentado na preferência do Ser Humano dentro do escopo de cada caso. (SEN, 2000)

Para que a compreensão seja mais facilmente feita, pode-se imaginar duas pessoas: uma em condição de subnutrição, pela falta de recursos e auxílio governamental, enquanto a outra opta por fazer um jejum temporal. Nas duas situações, há uma carência alimentícia, a qual poderá, em pouco tempo, lavar a morte, entretanto, a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário”⁵ menor, uma vez que não dispõe de outra opção a não ser passar fome. Já o segundo indivíduo detém um maior leque de escolhas, capacidades, porém, por dar mais valor, naquele momento, ao jejum, restringi- se à essa vontade, igualando-se em termos de circunstâncias com o primeiro indivíduo. Visto tal situação, pode-se visualizar o ponto básico de Sen no que tange o tema da “expansão das capacidades”, uma vez que, quando dispõem – se de uma diversidade maior de capacidades, pode-se obter maior prazer e, assim, melhor qualidade de vida e bem estar geral para os indivíduos, já que, dessa forma, é possível fazer com que os Seres Humanos procurem, de fato, o melhor para si, aquilo que eles, verdadeiramente, desejam fazer. (SEN, 2000)

Aproveitando o exemplo exposto acima, é importante ressaltar o papel da renda e da riqueza no trabalho de Sen, uma vez que este, por maior defensor que é da análise das liberdades substantivas, não despreza a influencia e o poder dos bens primários para o bem estar das pessoas. Para o autor, “a privação de

⁵ Consiste nos vetores de funcionamento alternativos dentre os quais a pessoa pode escolher (SEN, 2000, p.96)

capacidades individuais pode estar relacionada a um baixo nível de renda” (SEN, 2000, p.34) e isso acaba por formar um ciclo-vicioso, visto que, quanto maior a falta de recursos, maior a taxa de analfabetismo e, conseqüentemente, menor a renda futuramente. Enquanto que, com o maior poder aquisitivo, menor será essa taxa, logo, maior será a renda. Sendo assim, mesmo que Sen enxergue outras variáveis indispensáveis para a expansão das liberdades substantivas, fica claro o valor que a renda possui nessa teoria de desenvolvimento. (SEN, 2000) Nas palavras do autor, a importância de serem analisadas outras vertentes do desenvolvimento, que não apenas os bens primários:

A abordagem das capacidades se concentra na vida humana e não apenas em alguns objetos separados de conveniência, como rendas ou mercadorias que uma pessoa pode possuir, que muitas vezes são considerados, principalmente na análise econômica, como o principal critério de sucesso humano (SEN, 2009, p.267)

Por fim, de acordo com Destremau e Salama (1999), o trabalho feito por Sen gerou frutos relevantes e de grande impacto para a sociedade, uma vez que, a partir de sua obra, os estudos à respeito da pobreza e do desenvolvimento, já estão sendo guiados por princípios diferentes. A influência das ideias de Sen podem ser sentidas a partir do crescimento pelo interesse em análises sociais qualitativas mais bem apuradas, estruturada nos conceitos de: liberdade, oportunidades, capacidades, e justiça social demonstrando, assim, os efeitos positivos do pensamento do autor. Partilhando da mesma opinião, Kang (2011) argumenta:

As contribuições de Sen vão além com sua abordagem: áreas aparentemente separadas como filosofia política e desenvolvimento econômico confluem e chamam a atenção dos economistas para o excessivo distanciamento que sempre houve entre o campo do desenvolvimento econômico e do resto da Economia, que se desenvolveram de forma demasiadamente paralela. Assim, sem se esquecer das origens éticas da ciência econômica, que remontam ao filósofo moral Adam Smith, Sen aponta para uma direção promissora no estudo do desenvolvimento dentro da Economia (KANG, 2011, p.367-368)

Dessa maneira, fica evidente a relevância do trabalho de Amartya Sen para a evolução do desenvolvimento socioeconômico, remontando ideias de pensadores pioneiros como Aristóteles e Adam Smith, assim como as suas próprias. Com o olhar voltado à reunião da ética à economia, o filósofo economista Sen, aborda a importância do estudo à respeito do comportamento humano, de modo a valorizar a

liberdade e as capacidades individuais como formas de medidas que representam o bem estar dos Seres Humanos. Dessa maneira, o autor defende, com veemência, o combate às privações, criticando o modo como, hoje em dia, a Economia faz-se presente como uma Ciência Social.

3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Após a explanação de todo o arcabouço teórico sob o qual o IDH é embasado, a partir, sobretudo, da teoria de Amartya Sen, este próximo capítulo tem como objetivo demonstrar como é de fato feito o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano. Em seguida, serão apresentadas todas as modificações feitas na metodologia deste indicador durante o período de 1990 até 2015 e, por fim, serão ressaltadas algumas críticas feitas com relação ao índice e, em seguida, a importância universal do desenvolvimento humano, tema recorrente nos debates internacionais.

Em 1990, o primeiro relatório de desenvolvimento humano declarou: “Pessoas são as reais riquezas de uma nação. O objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente que possibilite as pessoas à aproveitar vidas longas, saudáveis e criativas... Desenvolvimento Humano é um processo de maximização das escolhas das pessoas”. (UNDP, 1995, tradução própria⁶). Partindo-se dessa afirmação, inicia-se o entendimento à respeito da formulação desse índice.

3.1 O cálculo do IDH

O IDH é “uma medida resumida de conquistas em três dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. Sendo que o IDH é a média geométrica dos índices normalizados para cada uma dessas dimensões.”(UNDP, 2016, tradução própria⁷) Pode-se ter uma ideia melhor, a partir do quadro construído com base nas notas técnicas do relatório de desenvolvimento humano de 2016:

⁶ "People are the real wealth of a nation. The basic objective of development is to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives.... Human development is a process of enlarging people's choices." (UNDP, 1995)

⁷ The Human Development Index (HDI) is a summary measure of achievements in three key dimensions of human development: a long and healthy life, access to knowledge and a decent standard of living. The HDI is the geometric mean of normalized indices for each of the three dimensions.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e parâmetros do IDH, em 2016

Dimensão	Indicador	Mínimo	Máximo
Saúde	Expectativa de vida (anos)	20	85
Educação	Anos esperados de escolarização (anos)	0	18
	Média dos anos de escolarização (anos)	0	15
Padrão de vida	Renda nacional bruta <i>per capita</i> (2011 PPP \$)	100	75,000

Fonte: elaboração própria a partir de informações das notas técnicas no relatório do PNUD (2016, p. 2)

Como indicado no gráfico, o mínimo de 20 anos com relação à expectativa de vida é decorrente do fato de que não foram observadas expectativas menores do que esta no século XX, além disso, o mínimo de zero anos de escolarização é proveniente da afirmação de que as sociedades podem, sim, existir mesmo sem educação. Enquanto isso, o máximo de 18 anos estimados de educação equivale, na maioria dos países, ao ensino completo incluindo-se o mestrado e, em seguida, a média dos 15 anos deve-se à estipulação de dados feita para 2025. (UNDP, 2016)

A partir desses valores máximos e mínimos é criado o índice de dimensão, isto é, formula-se o IDH, como pode ser observado pela fórmula:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{Valor real} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}} \quad (1)$$

A partir da fórmula acima, é possível estimar os índices de saúde, conhecimento e bem estar econômico, aplicando o índice de dimensão em cada variável avaliada. Para a “educação” são feitos dois tipos de cálculos, um referente aos anos esperados de estudo e o outro, à média de anos estudados, dessa forma, a partir desses dois índices, faz-se a média aritmética, obtendo-se o valor real para a educação.

Para exemplificar o cálculo, expor-se-à o passo a passo para a identificação do IDH da Georgia.

Quadro 2 – Indicadores e valores relativos à Georgia

Indicador	Valor
Expectativa de vida (anos)	75.0
Anos esperados de escolarização (anos)	13.9
Média de anos de escolarização (anos)	12.2
Renda nacional bruta <i>per capita</i> (2011 PPP \$)	8,856

Fonte: elaboração própria a partir de informações das notas técnicas no relatório do PNUD (2016, p. 2)

Desse modo, através dos cálculos explicitados abaixo tomando-se como exemplo a Georgia, pode-se ter uma melhor compreensão sobre como é o processo atual para determinar o IDH dos países:

$$\text{Índice de saúde} = \frac{75020 - 20}{85 - 20} = 0.8465 \quad (2)$$

$$\text{Índice de anos de escolaridade esperado} = \frac{13905 - 0}{18 - 0} = 0.77249 \quad (3)$$

$$\text{Índice médio de anos de escolaridade} = \frac{12246 - 0}{15 - 0} = 0.81643 \quad (4)$$

$$\text{Índice de educação} = \frac{0,81643 + 0,77249}{2} = 0.7945 \quad (5)$$

$$\text{Índice de renda} = \frac{\ln(8855,8) - \ln(100)}{\ln(75000) - \ln(100)} = 0.6773 \quad (6)$$

Sendo assim, utiliza-se a média geométrica do índice das três dimensões para o cálculo do IDH:

$$\text{IDH} = (I_{saúde} \times I_{educação} \times I_{renda})^{1/3} \quad (7)$$

Dessa forma, obtém-se o Índice de Desenvolvimento Humano deste país:

$$\text{IDH} = (0,8465 \times 0,7945 \times 0,6773)^{1/3} \quad (8)$$

Com os IDH's calculados de todos os países, ocorre a classificação com base na tabela abaixo, que define, de acordo com o valor do índice, o nível de desenvolvimento do país, no caso da Geórgia, esta seria classificada como um país de Desenvolvimento Humano alto:

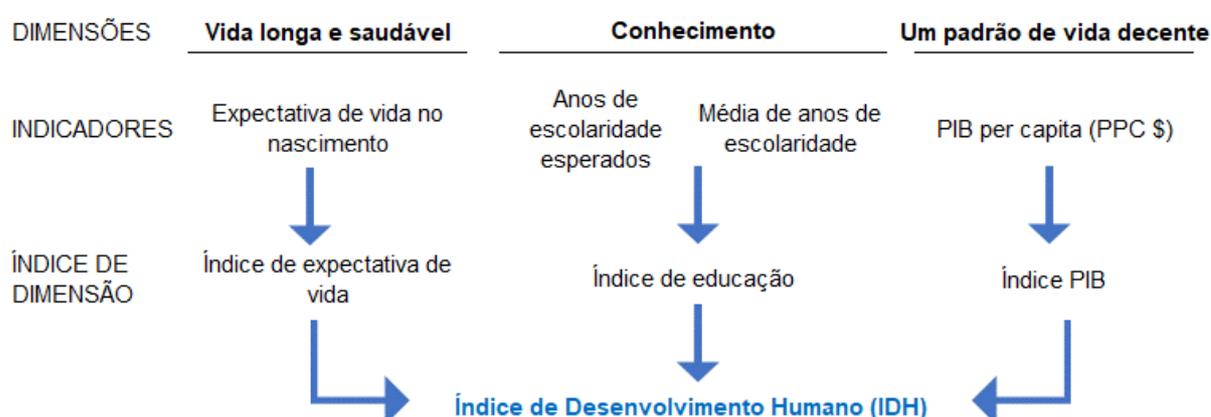
Quadro 3: Nível de Desenvolvimento Humano e suas classificações

Desenvolvimento Humano muito alto	0.800 e acima
Desenvolvimento Humano alto	Entre 0.700–0.799
Desenvolvimento Humano médio	Entre 0.550–0.699
Desenvolvimento Humano baixo	Abaixo de 0.550

Fonte: elaboração própria a partir de informações das notas técnicas no relatório do PNUD (2016, p. 3)

Por fim, para que haja uma compreensão visual completa, pode-se observar o detalhamento do diagrama abaixo que informa o processo de cálculo do IDH:

Figura 1: Diagrama do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: elaboração própria a partir de informações das notas técnicas no relatório do PNUD (2016, p. 1)

3.2 Evolução do IDH de 1990 a 2015

O Relatório do Desenvolvimento Humano foi publicado pela primeira vez no dia primeiro de maio de 1990, pelo PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Mahbub ul Haq, como já exposto anteriormente neste trabalho, ex-Ministro do planejamento e das finanças do Paquistão e criador do IDH, foi o responsável por guiar a escrita do relatório, tendo como membros da equipe um seleto contingente de profissionais do PNUD, assim como consultores exteriores renomados. (UNDP,1990)

Segundo o relatório, a fim de se medir e monitorar o desenvolvimento humano da melhor forma possível, seria de grande importância incluir o maior número de variáveis que contribuem para a apuração deste indicador, entretanto, haja visto a falta de estatísticas comparáveis de todos os países analisados, a conclusão desta tarefa torna-se impossível. Sendo assim, o indicador IDH atenta-se aos três conceitos: longevidade, conhecimento e padrão de vida. Como exibido mais cedo neste capítulo, o índice é constituído por:

$$IDH = (I_{saúde} \times I_{educação} \times I_{renda})^{1/3} \quad (9)$$

O componente relativo à saúde é o da longevidade, medido pelo indicador da expectativa de vida, já que ter uma vida longa é por si só um indício de desenvolvimento e além disso, significa ter tido outros benefícios indiretos durante a vida, como boa um bom nível de saúde e nutrição, principalmente na infância. Enquanto isso, para a educação, leva-se em conta a alfabetização, uma vez que este é o primeiro passo para, posteriormente, uma boa qualificação profissional de um indivíduo em uma sociedade moderna. Mesmo consciente de que os níveis superiores de educação possuem grande relevância para o desenvolvimento de uma civilização, a alfabetização foi considerada pelo PNUD como componente básico e essencial para a captação da educação. (UNDP, 1990)

Por fim, o padrão de vida, que poderia ser medido com base em diversas variáveis como: propriedade, salário, crédito e outros, acabou por ser definido pelo indicador da renda. Isso ocorre devido a dificuldade em conseguir os dados necessários para fazer um cálculo baseado em todas essas variáveis, de modo que

a definição da renda facilitou esse processo, mesmo sendo o indicador mais difícil de ser medido se comparado aos outros dois. (UNDP, 1990)

Sendo assim, o IDH possui seus valores máximos pautados em algumas observações passadas, de modo que a expectativa de vida máxima corresponde a 78 anos, a alfabetização a 100% e, enquanto isso, o maior valor da renda é o logaritmo da renda média da linha da pobreza dos países mais ricos, valor ajustado com a paridade do poder de compra. Pode-se compreender melhor pela tabela:

Quadro 4 - Dimensões, indicadores e parâmetros do IDH, em 1990

Dimensão	Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Longevidade	Expectativa de vida ao nascer	Valor máximo observado	Valor mínimo observado
Conhecimento	Alfabetização de adultos de 15 anos ou mais	100%	Valor mínimo observado
Padrão de vida	Logaritmo do PIB <i>per capita</i> (em US\$ PPC)	$\text{Log } Y^{(1)} = 3.68$	Valor mínimo observado

Fonte: Adaptado de Almeida (2011, p. 30)

Reconhecido pelo relatório de 1990, tais medidas possuíam falhas comuns, haja vista as desigualdades socio-econômicas existentes em um país. Dessa forma, os indicadores ocultavam as disparidades relacionadas às expectativas de vida de grupos menos ou mais abastados, aos homens e mulheres no que tange à alfabetização e também, à distribuição de renda. Além disso, o relatório já tinha consciência do obstáculo existente para conseguir os dados exatos de todos os países, afirmando que seria necessário, futuramente, avanços com relação a esta questão. (UNDP, 1990)

No ano de 1991, o PNUD enxergou que adicionar um segundo indicador na dimensão do conhecimento seria de grande valia para a melhora do IDH, de forma que o componente da média dos anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais, passou a ser utilizado juntamente com a taxa de alfabetização dos adultos. Sendo assim, o índice de alfabetização ficou com o maior peso, por ser considerada de maior relevância, enquanto que a média dos anos de escolaridade recebeu um peso menor como pode ser observado na nova fórmula:

$$I_{\text{educação}} = \frac{2}{3} \times \text{Índice de alfabetização} + \frac{1}{3} \times \text{Índice de escolarização} \quad (10)$$

A mudança ocorreu haja visto a possibilidade de diferenciação dos países industrializados, uma vez que muitos destes já possuíam taxas de 100% de alfabetização. Dessa forma, o índice não estaria medindo apenas o primeiro passo do conhecimento, o básico, ao contrário, ele passava a explorar as outras etapas da formação de habilidades dos indivíduos, com relação ao conhecimento. (UNDP, 1991)

O segundo reajuste do IDH no relatório de 1991 feito pelo PNUD foi relativo à renda, que no ano anterior, era baseado nos retornos decrescentes⁸ e no peso zero atribuído para rendas *per capita* acima da linha da pobreza. Com a alteração feita, a ideia dos rendimentos decrescentes ganhou maior relevância, já que foi introduzida a fórmula de Atkinson () que passou a medir a utilidade da renda, como pode-se observar adiante:

$$W(y) = \frac{1}{1-\epsilon} \times y^{1-\epsilon} \quad (11)$$

Nesse caso, $W(y)$ significa a utilidade/bem-estar derivado da renda, ao passo que E representa a elasticidade da utilidade marginal da renda em relação à renda, ou seja, a intensidade dos rendimentos adicionais. Sendo assim, o valor de E irá acompanhar o valor da renda, logo se $E = 0$, indica que não existem rendimentos decrescentes, e $W(y) = y$. Enquanto isso, quanto mais o valor de E se aproxima de 1, a fórmula de $W(y)$ passa para:

$$w(y) = \log y \quad (12)$$

A partir dessa reformulação, o efeito passa a ser de que a renda *per capita* inferior à linha da pobreza possui um valor relativo total, enquanto que aquela abaixo da linha da pobreza possui um valor relativo fracionado. Dessa forma, os rendimentos superiores passam pelo seguinte procedimento:

⁸ Segundo o PNUD, o aumento da renda a partir de certo ponto, já não incrementava no bem estar das pessoas com a mesma intensidade, ou seja, quanto maior for o aumento na renda, menor é a variação positiva no bem estar das pessoas. (UNDP, 1991)

$$\left\{ \begin{array}{l} W(y) = y, \text{ para } 0 < y \leq y^* \\ W(y) = y^* + 2(y - y^*)^{\frac{1}{2}}, \text{ para } y^* < y < 2y^* \\ W(y) = y^* + 2(y^*)^{\frac{1}{2}} + 3 \times (y - 2y^*)^{\frac{1}{3}}, \text{ para } 2y^* < y < 3y^* \end{array} \right. \quad (13)$$

Obs.: Y^* é a linha da pobreza obtida da média de nove países industrializados.

Feita tal alteração, os rendimentos acima da linha de pobreza não eram mais considerados nulos, o que era bastante radical, de modo que, esses acréscimos no rendimento dos indivíduos possuíam um valor marginal, não sendo suprimidos e sim utilizados com eficácia para distinguir os incrementos de utilidade entre os países industrializados. (UNDP, 1991)

Por fim, outra alteração conduzida pelo PNUD foi com relação a desigualdade de gênero, uma vez que foi observada a diferença do resultado entre sociedades mais ou menos díspares nesse quesito. Quanto maior a desigualdade entre homens e mulheres, maior também a diferença entre as liberdades e opções que estes desfrutam, isto é, países nos quais a mulher é subjugada socialmente, são aqueles que apresentam indicadores do IDH mais baixos para a população feminina em comparação com a masculina. Geralmente, os países industrializados tendem a possuir mais igualdade entre os sexos, por exemplo, no Kenya, o IDH feminino é a metade do masculino, enquanto que na Suécia, país altamente desenvolvido, o IDH das mulheres chega a 90% em relação ao dos homens. Desse modo, o IDH de 30 países com a qualificação de gêneros foi obtido e exibido no relatório deste ano. (UNDP, 1991)

O PNUD recebeu críticas e se posicionou sobre elas em 1991, críticas estas concernentes ao esquecimento do crescimento econômico como maior responsável do desenvolvimento humano. A equipe, no entanto, se pronunciou e reforçou sua ideia de que o crescimento da economia é de extrema relevância, porém, o crescimento que não é revertido em melhoria das condições de vida para as pessoas, não contribui para o desenvolvimento humano e, portanto, não deve ser computado no IDH. A fim de justificar o fato de que a renda não é, em regra, diretamente relacionada ao incremento no desenvolvimento humano, o PNUD exemplifica o caso entre o Brasil e a Jamaica, no qual ele afirma que o primeiro

possui renda *per capita* 2 vezes maior que o segundo, entretanto, também possui uma taxa de mortalidade infantil 4 vezes maior. (UNDP,1991)

Mesmo após as alterações feitas, o PNUD considerava que ainda havia muitos outros estudos para alcançar melhores métodos para se realizar o IDH, modificando outras questões nos relatórios futuros. (UNDP,1991)

O RDH de 1992 não mostrou alterações na forma de calcular o IDH, porém o cálculo deste ano baseou-se em dados retirados de 1990, o que não havia antes ocorrido, uma vez que para os relatórios anteriores, os dados eram recolhidos de 5 a 10 anos passados. Visto isso, os resultados apresentaram significativa diferença, de modo a impactar o ranking tanto entre os países industrializados, que posicionam-se no topo, quanto entre os em desenvolvimento, situados no fim da lista. (UNDP,1992)

Além disso, a equipe do PNUD neste relatório, reforçou a ideia à respeito da ligação entre o IDH e o crescimento econômico, uma vez que o público continuava criticando a possível omissão de um maior peso da variável renda. Foi afirmado à respeito do desenvolvimento humano:

(...) Amplia o diálogo sobre o desenvolvimento, partindo de uma análise de meros meios (crescimento do PNB) para uma discussão dos fins finais. Está tão preocupado com a geração do crescimento econômico quanto com sua distribuição, como preocupado com as necessidades básicas e com todo o espectro das aspirações humanas, tão preocupado com o dilema humano do Norte quanto com a privação humana no Sul. (...) Tece o desenvolvimento em torno das pessoas, não das pessoas em torno do desenvolvimento. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT, 1992, p.2, tradução própria⁹)

Dessa maneira, a equipe segue explicando a colocação do crescimento econômico para o conceito do desenvolvimento humano sob a ótica do IDH, que difere, em muitos aspectos, por exemplo, do PNB, referido na citação acima.

O RDH de 1993 continuou sem nenhuma novidade com relação à metodologia utilizada para o IDH, a equipe anunciou que estava satisfeita com todas as críticas e opiniões que estavam surgindo, uma vez que a vontade deles era a de que o IDH desenvolvesse e melhorasse cada vez mais. Entretanto, neste ano, eles preferiram manter a estrutura do IDH, modificando apenas o número de países que

⁹ It broadens the development dialogue from a discussion of mere *means* (GNP growth) to a discussion of the ultimate *ends*. It is as concerned with the generation of economic growth as with its distribution, as concerned with basic needs as with the entire spectrum of human aspirations, as concerned with the human dilemma of the North as with the human deprivation in the South. (...) It weaves development around people, not people around development.

seriam incluídos no cálculo do índice, passando de 160 para 173 países. Apesar de preferir manter a metodologia neste ano, a equipe já sabia as mudanças que seriam feitas para os próximos relatórios: a fixação dos valores máximos e mínimos (ao contrário de variáveis como no molde atual); calcular o logarítmo para todos os níveis de renda, desconsiderando o método da elasticidade variável e, também, extinguir a linha da pobreza; construir índices suplementares específicos para países de nível de desenvolvimento baixo, médio e alto; desagregar o IDH por região e por grupo étnico, assim como já havia sido feito com alguns países para a diferenciação de gênero; além de incluir novas dimensões para o IDH. (UNDP, 1993)

Já o RDH 4 trouxe mudanças significativas com relação à metodologia do IDH, uma delas foi o estabelecimento de valores máximos e mínimos. Os máximos foram definidos com base em uma previsão de 30 anos posteriores, enquanto os mínimos foram determinados de acordo com a observação de dados históricos de 30 anos atrás. Dessa forma, o IDH passava a ser uma medida mais eficiente na comparação das performances dos próprios países de ano para ano, já que não estariam mais sendo limitados pelos valores de referência dos países discrepantes que, anteriormente, estabeleciam esses valores máximos e mínimos. (UNDP, 1994)

Antes dessa mudança, o problema que se colocava era que um país poderia ter aumentado seu nível de educação ou renda *per capita*, entretanto, se o valor de referência também aumentasse, ou seja, se aquele país que possuía a maior performance em um desses quesitos também ampliasse seus níveis, então esse valor de referência aumentaria, impossibilitando o primeiro país de ver a melhora no seu próprio desempenho. Se isso ocorresse, o primeiro país poderia até piorar seu rendimento nessa escala, o que provocaria uma grande frustração, de modo que, essa mudança teve positivo impacto sob o IDH, os valores foram estipulados como mostra na tabela a seguir:

Quadro 5: Indicadores, valores máximos e mínimos

Dimensão	Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Longevidade	Expectativa de vida ao nascer	85 anos	25 anos
Conhecimento	Alfabetização de adultos Média dos anos de escolaridade	100% 15 anos	0% 0
Padrão de vida	Logaritmo do PIB <i>per capita</i> (em US\$ PPC)	Log de US\$ 40.000 PPC	Log de US\$ 200 PPC

Fonte: Adaptado de Almeida (2011, p. 30)

Sendo assim, os novos valores máximos e mínimos são respectivamente:

- a) esperança de vida ao nascer: 85 anos e 25 anos;
- b) taxa de alfabetização de adultos: 100% e 0%
- c) média de anos de escolaridade: 15 anos e 0 anos
- d) renda: US\$ 40.000 PPC e US\$ 200 PPC

Além disso, outra mudança significativa na metodologia foi com relação à renda, já que a linha da pobreza foi descartada e em seu lugar, foi estabelecido o valor de referência do PIB *per capita* mundial (em dólares), ajustado com a paridade do poder de compra. Esse ajustamento faz-se necessário uma vez que, assim, pode-se “refletir não só a renda, mas o que a renda pode comprar” (UNDP, 1993, p.92, tradução própria¹⁰). A importância da PPP dá-se uma vez que, um dólar em Bangladesh e na Suíça possuem, na verdade, valores distintos, já que este um dólar é mais valioso para um bangladês do que para um suíço, de modo que o PPP consegue ajustar essas medidas, viabilizando sua comparação. (UNDP, 1994)

Mesmo com essa alteração, a ideia dos rendimentos crescentes se manteve, de modo que, se um país superasse a renda média mundial, este obteria um incremento no IDH correspondente ao aumento marginal de sua renda, isto é, este aumento seria cada vez menor. Para isso, seria utilizado ainda a fórmula de Atkinson, explicitada anteriormente com a $Y^* = US\$5.120$. (UNDP, 1994). Com essas duas principais alterações, o relatório de 1994 declarou que não previa grandes alterações metodológicas nos próximos anos, uma vez que até aquele ponto, o IDH já havia caminhado bastante evoluindo e agregando novas técnicas que possibilitaram uma grande melhora em sua eficácia.

O relatório de 1995 focou no estudo aprofundado à respeito da desigualdade de gênero, uma vez que neste ano estava previsto o encontro no Japão em setembro para o debate sobre este assunto. Sendo assim, a equipe argumentou a necessidade de investir no avanço da qualidade de vida das mulheres, para que estas consigam obter resultados em seu bem estar cada vez mais próximos aos dos homens, de modo à contribuir para o aumento do desenvolvimento humano em geral, maximizando as escolhas dos indivíduos. Dessa forma, o UNDP (1994)

¹⁰ (...) to reflect not just income but also what that income can buy

expandiu o índice de desenvolvimento relacionado ao gênero para 130 países, antes para apenas 30, de modo a evidenciar aquelas regiões onde havia maior obrigação de investimento em políticas femininas, a fim de amenizar essas disparidades. Sem muita surpresa, os quatro primeiros países da lista foram os nórdicos, na ordem: Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca.

Embora tenham dito em 1994 que não haveria alteração metodológica nos próximos anos, o relatório em 1995 acabou por trazer outra modificação relacionada à dimensão do conhecimento. Isso ocorreu com a substituição do indicador da média de anos de escolaridade para a combinação da taxa de matrícula dos níveis primário, secundário e terciário. A equipe achou melhor essa escolha, haja visto a dificuldade no cálculo para determinar a média de anos de escolaridade, enquanto isso, a UNESCO já disponibilizava naquela altura, os dados da taxa de matrícula dos países, facilitando o processo. A nova fórmula para a dimensão do conhecimento ficou estabelecida como:

$$I_{\text{educação}} = \frac{2}{3} \times \text{Índice de alfabetização} + \frac{1}{3} \times \text{Índice de matrícula} \quad (14)$$

A segunda alteração foi feita concernente ao valor mínimo da renda, anteriormente de US\$100 PPC e, agora, de US\$ 200 PPC, isso ocorreu devido ao fato de que “ (...) quando o IDH para o gênero feminino (IDM) foi calculado, utilizou-se o valor mínimo da renda de US\$ 100 PPC, portanto, para manter a coerência e a compatibilidade entre os dois índices foi feito esse ajuste.”(ALMEIDA, Paula, 2011, p.37).

Os relatórios dos anos de 1996, 1997 e 1998 não fizeram alterações na forma de calcular o IDH, de modo que, o fato a se ressaltar foi a substituição de Mahbub ul Haq para Richard Jolly, economista inglês, que foi admitido haja visto a condição ruim de saúde de Haq. Ademais, tais relatórios tiveram seus focos, respectivamente, no crescimento econômico que priorizasse o desenvolvimento humano, na erradicação da pobreza e nos benefícios do aumento do consumo internacional revertidos para um desenvolvimento sustentável.

Em 1999, o décimo relatório foi dedicado à Mahbub ul Haq¹¹, e teve uma nota especial para demonstrar as realizações conquistadas pelo relatório do desenvolvimento humano nos últimos dez anos. Os agradecimentos à publicação das dez edições dos relatórios vieram de todas as partes do mundo, assim como as críticas construtivas e as sugestões. Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil na época expressou sua visão com relação ao foco no Desenvolvimento trazido pelos relatórios:

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano tiveram um impacto significativo em todo o mundo. Até a publicação desses relatórios, as discussões sobre o desenvolvimento centraram-se no crescimento econômico, utilizando variáveis como o crescimento da renda per capita. É claro que essas variáveis econômicas também geram alguns benefícios sociais. Mas essa visão do desenvolvimento foi bastante limitada. Enquanto um país poderia perfeitamente ser considerado altamente desenvolvido, a renda poderia estar concentrada nas mãos de alguns, e a pobreza piorando.... Falando como Presidente do Brasil, até hoje o país é atormentado por muitos problemas - concentração de renda, pobreza, e assim por diante. Se não adotarmos um modelo de desenvolvimento que responda às necessidades da maioria, esse desenvolvimento não será duradouro. (UNDP, 1999, p.18, tradução própria¹²)

O RDH de 1999 também evidenciou a modificação feita com relação à renda devido aos estudos mais apurados de Amartya Sen e Anand. Eles chegaram a conclusão de que o modo como a renda era calculada, às vezes, causava distorções, sobre tudo no IDH dos países industrializados, visto que a renda acima do PIB *per capita* mundial era descartada em excesso, reduzindo o resultado desses países. Dessa forma, a partir da nova fórmula instituída, era possível amenizar esse problema, diminuindo a dedução da importância da renda acima do PIB *per capita* mundial, como pode ser observado a seguir:

$$W(y) = \frac{\log y - \log y_{\min}}{\log y_{\max} - \log y_{\min}} \quad (15)$$

¹¹ (1934-1998)

¹² Human Development Reports have had a significant impact worldwide. Up until the publication of these Reports, discussions on development centred on economic growth, using variables such as per capita income growth. Of course these economic variables also generate some social benefits. But this view of development had been quite limited. While a country could perfectly well be considered highly developed, income might be concentrated in the hands of a few, and poverty worsening.... Speaking as President of Brazil, until today the country is plagued by a lot of problems—income concentration, poverty, and so on. If we do not adopt a development model that responds to the needs of the majority, this development will not be long-lasting.

Os RDH's de 2000 a 2002 permaneceram com a metodologia do IDH, sendo que o primeiro focou suas atenções para o debate dos Direitos Humanos e sua ligação com o Desenvolvimento Humano, demonstrando a visão em comum que os dois possuem, exaltando sua complementariedade. O relatório de 2001 inovou trazendo a ideia do investimento em tecnologia para o aumento do Desenvolvimento Humano, explanando a importância de políticas públicas que facilitem o acesso de pessoas menos abastadas à essas novas ferramentas, de modo a maximizar suas escolhas. Por fim, o RDH de 2002 explorou a questão do alargamento da democracia, argumentando que quanto maior for o espaço público aberto aos pobres, maior serão, também, suas reivindicações, assim, possivelmente, maior serão seu bem estar.

Fato importante de ser ressaltado foi o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's) em uma Assembleia Geral da ONU em 2000, na qual os chefes de Estado se propuseram à resguardar o futuro das gerações presentes e futuras, se comprometendo com oito finalidades para serem realizadas até o fim de 2015, sendo todas estas relacionadas ao desenvolvimento humano: "Erradicar a extrema pobreza e a fome; alcançar educação primária para todos; igualdade de gênero; redução da mortalidade infantil; melhorar a saúde maternal; combate à AIDS, malária e outras doenças e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento." (UNDP, 2000, p.17)

Também relevante para ser exposto no presente trabalho, o PNUD em 2002 deixa claro que o desenvolvimento humano ultrapassa o IDH e não o contrário, questão que estava sendo levantada nos debates entre acadêmicos. A equipe afirma que as variáveis das quais o desenvolvimento humano é derivado, são muito mais numerosas do que apenas as três atuais: longevidade, conhecimento e padrão de vida, entretanto, o IDH permanece apenas com estas pois acredita-se que ao adicionar as demais, o índice passaria a ficar confuso e pouco eficiente. Sendo assim, o PNUD prefere respeitar o ritmo da evolução do IDH com tranquilidade e paciência, a fim de que, no decorrer do tempo, ele possa traduzir com ainda mais clareza a realidade do desenvolvimento das nações. (UNDP, 2002)

Já o relatório de 2003 trouxe uma variação na dimensão do conhecimento, que já havia sido modificada no ano de 1995, quando substituiu-se a variável da média de anos de escolaridade para o índice de matrícula. Entretanto, como já pensado em 2001, essa troca estava afetando negativamente os resultados do IDH,

já que as faixas etárias eram diferentes dentre os países e, além disso, a maneira como era conduzido o cálculo, fazia com que os alunos repetentes fossem contados duplamente. Sendo assim, a equipe do PNUD e seus consultores concordaram com a modificação da fórmula mais uma vez:

$$I_{\text{educação}} = \frac{2}{3} \times \text{Índice de alfabetização} + \frac{1}{3} \times \text{Índice de escolarização} \quad (16)$$

Os relatórios de 2004 a 2009 não mostraram nenhuma diferença quanto à metodologia do IDH e embora o RDH de 2007, injustificavelmente, não tenha sido publicado, todos os outros foram importantes por discutir relevantes temas centrais, cooperando com o aumento da consciência à respeito do desenvolvimento humano.

Em 2004, o assunto que teve foco foi a liberdade cultural, na qual foi defendido que a religião, a etnia e a linguagem fazem parte da vida dos homens e devem ser respeitados. Já no ano seguinte, o relatório incentiva a cooperação internacional para que os ODM's sejam cumpridos, a fim de que vidas não sejam perdidas pelo aumento da desigualdade. O RDH de 2006 e de 2008, ano seguinte mostrou-se coniventes, respectivamente, com a crise mundial da água e a mudança do clima, questões que assolam o mundo, principalmente nas regiões mais pobres do planeta. Por fim, no ano subsequente, o foco foram as migrações e como estas poderiam representar uma expansão nos meios de subsistência das pessoas, com o apoio internacional.

Como comemoração do vigésimo relatório do desenvolvimento humano, a edição de 2010 foi diferente das outras, iniciou com um prefácio à respeito dos avanços obtidos desde o primeiro RDH e seguiu com uma introdução feita por Amartya Sen, amigo fiel de Haq e, como já visto neste trabalho, essencial para a construção do IDH. Mais uma vez, o PNUD fez questão de reforçar a importância do IDH como um índice que, diferentemente dos outros, leva em consideração não apenas a renda, mas sobretudo o desenvolvimento humano subjacente à esta, afirmando:

Vinte anos depois, o brilhantismo conceitual e a relevância contínua desse paradigma original de desenvolvimento humano são indiscutíveis. Hoje, é quase universalmente aceito que o sucesso de um país ou o bem-estar de um indivíduo não podem ser avaliados apenas pelo dinheiro. A renda é obviamente crucial: sem recursos, qualquer progresso é difícil. No entanto,

devemos também avaliar se as pessoas podem levar uma vida longa e saudável, se têm a oportunidade de ser educadas e se estão livres para usar seus conhecimentos e talentos para moldar seus próprios destinos. (UNDP, 2010, p. iv, tradução própria¹³)

Nesta edição, a equipe anunciou a manutenção do IDH como uma medida agregada das dimensões do conhecimento, longevidade e padrão de vida, todavia, alteraram a fórmula da primeira e do terceiro componentes do índice. O conhecimento foi então reformulado para a raiz quadrada da soma de escolaridade esperada e escolaridade média:

$$I_{\text{educação}} = \sqrt{\text{Escolaridade esperada} + \text{Escolaridade média}} \quad (17)$$

No caso, houve a substituição da alfabetização para a escolaridade média, e da taxa de escolarização para a escolaridade esperada, isto é, os anos de escolaridade esperada para uma criança iniciante, dada a taxa atual de matrícula. A escolaridade esperada, primeira variável nova, foi introduzida apesar de que o próprio PNUD pede cautela na consideração desse dado, haja visto que os países possuem grandes diferenças com relação à qualidade do ensino, aos anos de escolarização e à taxa de repetição dos alunos. Sendo assim, o PNUD aconselha um estudo prévio dos indicadores complementares referentes à esses quesitos de diferenciação entre os países. Enquanto isso, a segunda variável alterada, escolaridade média, capta o número médio de anos estudados de pessoas de 25 anos ou acima desse limite. (UNDP, 2010)

Em 2010, outra mudança foi feita, o PNUD modificou a forma de medida da renda, que passou do produto interno bruto (PIB) *per capita* para a renda nacional bruta (RNB) *per capita*. Isso ocorreu devido ao fato da acelerada maximização da troca entre os países nas últimas décadas, de modo que os residentes de uma região recebem o dinheiro e transferem este para seu país de origem, assim como indivíduos recebem remessas provenientes do exterior, além da existência de transferência de recursos donativos internacionais. Dessa forma, existem o dado do

¹³ Twenty years later the conceptual brilliance and continuing relevance of that original human development paradigm are indisputable. It is now almost universally accepted that a country's success or an individual's well-being cannot be evaluated by money alone. Income is of course crucial: without resources, any progress is difficult. Yet we must also gauge whether people can lead long and healthy lives, whether they have the opportunity to be educated and whether they are free to use their knowledge and talents to shape their own destinies.

produto interno bruto, por vezes pode distorcer a realidade econômica de um país, já que desconsidera tais movimentos, sendo substituído. (UNDP, 2010)

A terceira mudança neste relatório foi à respeito da introdução da média geométrica dos três índices do IDH, o que eliminou a substituíbilidade entre as dimensões e evidenciou qualquer baixo rendimento existente, fazendo-o ser sentido separadamente. Dessa forma, o IDH conseguiu captar melhor as variações individuais, aspecto de grande relevância, uma vez que, dessa forma seria mais fácil para os países alcançarem resultados positivos ao implementarem mudanças na dimensão (conhecimento, longevidade, renda) que estivesse mais carente segundo os cálculos.

A ideia dos rendimentos decrescentes manteve-se e foi reforçada como primordial pela equipe, contudo, houveram modificações nos valores máximo e mínimos não só da renda como também das outras duas variáveis. Sendo assim, os limites mínimos e máximos variaram de 20 a 83,2 anos para a esperança de vida ao nascer; de 0 a 13,2 anos na média de anos de escolaridade; de 0 a 20,6 anos nos anos esperados de escolaridade e, por fim, os limites da renda ficaram entre US\$ 108.211 PPC e US\$ 163 PPC. (UNDP, 2010)

Além disso, o PNUD inovou mais dois conceitos, o primeiro foi o fato de ter trocado o nome da classificação dos países em desenvolvimento: aqueles de IDH muito alto, alto, médio e baixo. O segundo foi a fórmula geral do IDH, que agora baseava-se na média geométrica e não mais aritmética:

$$IDH = \sqrt[3]{I_{vida} \times I_{educa\c{c}ao} \times I_{rendimento}} \quad (18)$$

Em 2011, a única alteração feita pelo PNUD foi com relação a obtenção do valor da renda, antes obtidas diretamente pela conversão em PPP e, agora, calculadas em moeda local e preços constantes. (UNDP, 2011)

O RDH de 2012 não foi feito pela equipe do PNUD, que continuou com a edição em 2013, sem alterações na metodologia do cálculo do IDH. Neste ano, o foco principal do relatório foi debater o futuro dos “países do Sul”, abordando o papel internacional que eles vêm assumindo e as novas funções por eles desempenhadas nas relações tanto com o Norte quanto entre eles mesmos. Dessa forma, em 2013, o PNUD fez questão de evidenciar e agradecer o engajamento desses países no que

tange o crescimento de suas ações na dinâmica global, afirmando que a expansão de suas relações com o resto do mundo implica em altos ganhos para o desenvolvimento humano.

Enquanto isso, em 2014, houve uma modificação relevante, introduziu-se um “sistema de pontos de corte fixos para as quatro categorias de realizações de desenvolvimento humano. Os pontos de corte são obtidos como os valores do IDH calculados usando os quartis das distribuições dos indicadores dos componentes.” (UNDP, 2014, p. 3, tradução própria¹⁴). Dessa forma, os pontos de corte da classificação dos países de acordo com o IDH, ficaram como segue:

- a) Desenvolvimento Humano muito alto: 0.800;
- b) Desenvolvimento Humano alto: 0.700;
- c) Desenvolvimento Humano médio: 0.550.

Finalmente, em 2015, ano no qual os Objetivos Sustentáveis do Milênio foram substituídos pelos Objetivos do desenvolvimento sustentável, o relatório não apresentou alterações na metodologia do IDH. Neste ano, o tema tratado pelo PNUD foi a relação do trabalho com o desenvolvimento humano, como as condições promovidas pelo trabalho impactam a vida dos indivíduos e quais são as alternativas para melhorar a eficácia dessa ligação. Ademais, a equipe deu bastante importância para os novos objetivos sustentáveis, acordados com a meta de serem fortemente incentivados pelos chefes de Governo, a fim de que o desenvolvimento humano seja cada vez mais presente e visível nas sociedades internacionais. (UNDP, 2015)

¹⁴ (...) A system of fixed cutoff points for the four categories of human development achievements. The cutoff points (COP) are obtained as the HDI values calculated using the quartiles of the distributions of component indicators.

4 CRÍTICAS COM RELAÇÃO AO IDH

Os relatórios de desenvolvimento humano feitos pelo PNUD, mostraram-se desde o início em 1990, muito favoráveis às críticas e sugestões do público, de modo que, no decorrer de sua existência, foram diversas mudanças em sua metodologia, sempre visando o aprimoramento e a maximização da eficiência do cálculo deste índice. Dessa forma, a equipe do PNUD sempre esteve disponível ao debate e argumentação, quando necessários, com relação às diferentes opiniões à respeito do índice de desenvolvimento humano, como dito anteriormente neste trabalho, de modo que em 2010 o PNUD apontou que:

Desde que o IDH foi publicado pela primeira vez, atraiu críticas de muitos lados. Alguns críticos afirmam que ele usa as variáveis erradas, e que não está refletindo o desenvolvimento do desenvolvimento humano (Lind, 1992, Dasgupta e Weale, 1992, Srinivasan, 1994, Sagar e Najam, 1998, Chibber e Laajaj, 2007). Sagar e Najam (1998), alegando que "o IDH apresenta uma imagem distorcida do mundo". Outros argumentaram que o IDH retrata uma visão simplista do desenvolvimento humano, baseando-se em alguns indicadores. (UNDP, 2010, tradução própria¹⁵)

Selim Jahan, diretor do escritório do PNUD responsável pela edição dos relatórios anuais de desenvolvimento humano, deixa claro sua percepção sobre as fraquezas enfrentadas pelo IDH, ao responder esta pergunta em uma entrevista em 2015: "imagine, por um momento, que você é um "outsider", quais são as deficiências, se é que elas existem, concernentes ao IDH e como você as enxerga?" (JAHAN, 2015, tradução própria¹⁶). Ao responder à essa questão, Jahan disse, primeiramente, que ele não precisa ser um "outsider" para comentar sobre este ponto, já que ele possui uma forte auto - crítica e a consciência dos obstáculos que o IDH enfrenta.

Assim, ele prosseguiu com seu raciocínio, afirmando que os índices compostos sempre tem suas fraquezas, de forma que com o IDH, índice que possui três componentes diferentes, isso não é diferente. Além disso, Jahan explica que o

¹⁵ Ever since the HDI was first published, it has drawn critiques from many sides. Some critiques claim that it uses the wrong variables, and that it is not reflecting the human development idea accurately (Lind, 1992, Dasgupta and Weale, 1992, Srinivasan, 1994, Sagar and Najam, 1998, Chibber and Laajaj, 2007). Sagar and Najam (1998) claimed that "the HDI presents a distorted picture of the world". Others argued that the HDI depicts an oversimplified view of human development by relying on only a few indicators often derived from data of low quality

¹⁶ Imagine that you are an outsider and tell me what are the shortcomings of the HDI, if they exist and try to address them.

fato do IDH utilizar variáveis de estoque, ao invés de fluidas, faz com que a variação dos dados dos países seja muito lenta de um ano para o outro, causando, muitas vezes, uma grande frustração nos dirigentes internacionais. Isso ocorre, uma vez que os chefes dos países, mesmo após alterar e implementar políticas, não conseguem ver esse retorno nos números do IDH, já que este processo acontece lentamente. Por fim, a terceira fraqueza do índice apresentada por Jahan, foi com relação aos pesos dados aos componentes conhecimento, longevidade e renda, haja visto que todos possuem o mesmo valor no cálculo. Este fato é complicado, uma vez que, na realidade, os pesos são diferentes dependendo da preferência dos indivíduos ou da sociedade, que podem valorizar um aspecto mais do que o outro e vice-versa (Jahan, 2018).

Veiga (2008), economista, agrônomo, professor e interessado em desenvolvimento sustentável, concorda com a crítica feita pelo próprio diretor do PNUD, argumentando a falta de critérios para a equidade dos pesos dados aos três componentes. Além disso, ele critica bastante o fato com relação à omissão da questão ambiental, acreditando que seria de extrema importância que o IDH abarcasse, também, este indicador. O professor argumenta que esse tema estava sendo o foco dos debates internacionais, de modo que era imprescindível que algum indicador relacionado à este tema fosse incluído, embora soubesse da dificuldade quanto a existência de algum indicador confiável dessa área.

Enquanto isso, mais recentemente Davey (2017) criticou o fato da educação estar presente na fórmula como um fim em si mesmo, quando na realidade, ela representa um meio para se atingir, por exemplo, saúde e renda. Sendo assim, o IDH acaba por incluir o valor da educação duas vezes em seu cálculo, de modo a distorcer o resultado deste, além disso, em vários casos, a educação não é a melhor forma de medir o desenvolvimento. Davey exemplifica sua ideia com a seguinte situação hipotética: se houver duas pessoas A e B nascidas na mesma cidade, com a mesma idade, e, por alguma razão, A com expectativa de vida no nascimento de 70 e B de 75, além de A ter um diploma universitário e ganhar 40,000 USD ao ano e B ter parado de estudar ainda na escola e ganhar 70,000 USD ao ano, mesmo os dois tendo vividos situações completamente diferentes, aquele que teve maior acesso à educação não foi necessariamente o que obteve maior êxito financeiro.

A partir desse exemplo, Davey argumenta favoravelmente o fato da educação ser um meio, isto é, não é um fator determinante mas sim, um fator que ajuda a

determinar outros indicadores, como a renda e a longevidade. Dessa forma, ele enxerga a relevância da educação no cálculo do IDH, entretanto, acredita que ela não deve ter o mesmo peso que as outras duas possuem, visto que possui atributos diferentes destas.

Por fim, Robeyns (2017), intelectual feminista, faz uma crítica que tem raiz ainda na definição dos fundamentos teóricos do IDH, argumentando os defeitos da abordagem das capacidades, como visto anteriormente neste trabalho. Ela argumenta que esta abordagem omite a questão da desigualdade de gênero existente no mundo, de modo a ser falha neste aspecto, gerando assim, uma base teórica fraca, que leva a resultados distorcidos. A autora utiliza três argumentos para demonstrar seu ponto de vista, iniciando a partir da crítica às taxas de conversão de recursos em “capacidades” das mulheres, já que Robeyns (2017) acredita que, nesse aspecto, as mulheres sofrem grande desvantagem se comparada aos homens, devido ao fato de que, na maioria das vezes, essa conversão não pode ser aplicada, nos mesmos termos, no universo feminino. Isso ocorre haja visto a injustiça social relacionada ao gênero, que faz com que um indivíduo do sexo feminino, mesmo possuindo a mesma formação que um homem, estudado na mesma universidade, o mesmo curso deste, acabe por não conseguir a mesma posição na esfera profissional e, se conseguir, tenha um salário inferior ao dele.

Ainda segundo a autora, desde a definição das “capacidades” já existe um quesito importante a ser ressaltado, o fato de que as mulheres, por uma condição social não possuem o mesmo conjunto de escolhas que os homens tem. Esse fato decorre do hábito social que delimita o papel da mulher como mãe e, portanto, responsável pelas crianças, pelos idosos e pela gerência da casa, o que implica em uma gama de opções menores para estas. Embora Robeyns (2017) prefira não discutir sobre este aspecto cultural, ela faz mais essa consideração à respeito da teoria subjacente ao IDH. Por fim, a intelectual argumenta que mesmo dentro do conjunto de opções femininas, as suas escolhas não são feitas livremente, isto é, às vezes a questão não é o investimento na expansão dessas “capacidades”, mas a redução das influencia exteriores que tem impacto direto e negativo sobre as tomadas de decisões das mulheres. Um exemplo seria o fato de algumas mulheres decidirem trabalhar em certos empregos não por vontade própria, mas pelas restrições que as cercam naquela situação. (ROBEYNS, 2017)

5 A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO: DOS DIAS ATUAIS ATÉ HOJE

O desenvolvimento, conceito que difere de crescimento econômico, começou a ser debatido internacionalmente após a segunda metade do século passado, em decorrência das mudanças que ocorriam no mundo, como a descolonização e consequente emancipação de vários países. Neste contexto, o desenvolvimento é inserido como uma área de estudo que permeia fundamentos de múltiplas disciplinas, sobretudo, aquelas que envolvem a questão social, base essencial do florescimento do desenvolvimento das Nações. (VEIGA, 2005) Pode-se visualizar melhor essa confluência interdisciplinar geradora do termo com a passagem:

Intenta-se apreender o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também de destruição de valores e supressão de capacidade criadora. (FURTADO, 1980, p. XI)

Segundo Veiga (2005), existem três tipos gerais de dúvidas concernentes ao termo desenvolvimento, a primeira é o senso comum que insiste em enxergar que este possui a mesma ideologia de crescimento econômico. Entretanto, é simples verificar a distinção destes, uma vez que o primeiro é relativo à mudanças qualitativas de vida, enquanto que o segundo é fortemente condescendente com as modificações quantitativas das variáveis exploradas. Dessa forma, o método existente para se avaliar o crescimento econômico, baseia-se, especialmente, na análise dos indicadores de renda, como o PIB e PNB, enquanto que os indicadores de desenvolvimento podem ser conhecidos pelo padrão de vida, educação e longevidade. (VEIGA, 2005)

Em segundo lugar, existem aqueles que identificam o desenvolvimento como uma ilusão, algo impossível de ser obtido, um mito, e até mesmo, uma manipulação teórica, instigando, principalmente, os antropólogos e sociólogos na definição do conceito de mito. Dessa maneira, os indivíduos que possuem essa linha de raciocínio, acabam por compreender desenvolvimento como *desenvolvimento econômico*, de modo a ignorar as diferenças existentes entre estes termos. Dessa forma, resta o terceiro grupo que, diferentemente dos dois primeiros, não interpreta o desenvolvimento como algo quimérico e nem o enxerga equivalente ao crescimento

econômico, mas sim como o “caminho do meio”, o equilíbrio entre as duas ideologias (VEIGA, 2005). Nesse contexto, um grande exemplo de autor que soube balancear tais visões, criando a sua própria foi Amarty Sen, teórico base para o presente trabalho de pesquisa, como apresentado anteriormente.

O grupo que considera o desenvolvimento como algo ilusório, pode ser representado pelo economista sociólogo italiano Giovanni Arrighi, que lecionava nos EUA e estudava particularmente quais eram as possibilidades de um país periférico ou semi-periférico ser absorvido para o centro, posicionando-se na mesma categoria dos países desenvolvidos do mundo. Embora ele tenha enxergado a ocorrência de eventos deste tipo de 1938-1983¹⁷, ele enxergou que este movimento é bastante difícil e raro de acontecer, sobretudo devido à pobreza que prepondera e se perpetua sobre os territórios de países “em desenvolvimento”, impossibilitando-os de ascenderem economicamente. Assim como diversos outros estudiosos, este autor baseava suas conclusões em dados do PNB, isto é, avaliava os cenários de entrada e saída dos países da periferia para o centro, com base em seus produtos nacionais brutos. (VEIGA, 2005)

Para Rivero (2002), o grupo que interpreta o desenvolvimento como ilusório são geralmente indivíduos que analisam as conjunturas de cada país, de acordo com uma visão quantitativa do mundo, como pode-se observar na passagem:

Com tal perspectiva, eles só percebem fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações, ou a evolução do mercado acionário, mas não reparam nas profundas disfunções qualitativas, estruturais, culturais, sociais e ecológicas que pronunciam a inviabilidade dos “quase Estados-nação subdesenvolvidos. (RIVERO, 2002, p.132)

Ainda segundo Rivero (2002), o principal problema enfrentado pelas nações “em desenvolvimento” é conhecido pela miséria crônica relacionada às áreas de tecnologia e ciências. O autor defende o entendimento de que tais países possuíam histórias divergentes dos países atualmente conhecidos como industrializados, uma vez que os Estados Nacionais nos países industrializados foram consolidados apenas após a já existência da burguesia e do mercado nacional, enquanto que nos outros, o surgimento do Estado Nacional ocorreu sem a precedência dessa classe e

¹⁷ A saber: Entrada do Japão e da Itália para a lista dos países centrais e absorção de Taiwan e Coreia do Sul pela semi-periferia.

estrutura econômica, de forma que gerou as consequências negativas sentidas até hoje na realidade desses países. Dessa forma, o nascimento dos Estados Modernos nos territórios “em desenvolvimento” se deu de forma superficial, prejudicando a formação natural de uma classe burguesa e das relações de mercado, culminando, então, no desarranjo econômico e político que perdura até os tempos atuais nestes países.

Após séculos de uma história que permaneceu sempre atrasada, os países “em desenvolvimento” acabaram por se distanciar, cada vez mais, daqueles desenvolvidos. Isso ocorreu por diversos motivos, que não são o foco desta pesquisa, entretanto pode-se citar alguns que são bastante evidentes: o fato de serem predominantemente exportadores de *commodities*, matérias primas e produtos com baixo grau de transformação, o pouco ou inexistente investimento em tecnologia, a urbanização acelerada, devido ao êxodo rural na maior parte destas regiões, o baixo nível educacional, a disparidade entre gêneros, dentre outros. (RIVERO, 2002). A condição destes países na década de 90, configurava um cenário complexo para as autoridades mundiais que registraram dados numéricos da população para que pudessem, juntas, unirem esforços, reduzindo a pobreza e maximizando a qualidade de vida desses indivíduos. Sendo assim, durante esta década, observaram que:

- a) quase metade da população no mundo vivia com menos de 1,25 USD por dia;
- b) a baixa taxa de alfabetização entre os jovens com 15 a 24 anos era de 83%;
- c) a alta disparidade entre gêneros no ensino primário, secundário e superior;
- Pouca representatividade feminina na política, onde apenas um em cada cinco deputados era mulher;
- d) 12,7 milhões de mortes de crianças com até 5 anos;
- e) a utilização de contraceptivos entre as mulheres com 15 a 49 anos, casadas ou em união era só de 55%;
- f) pelo menos 3,5 milhões de pessoas estavam infectadas pelo HIV no mundo;
- g) apenas 76% da população mundial usava uma fonte de água potável melhorada;
- h) 39,4% era a proporção da população urbana que vivia em bairros impróprios (favelas);

- i) o número de contratos de celular era de 738 milhões e o acesso à Internet era viável apenas para 6% da população mundial (RELATÓRIO SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2015)

Desse modo, visto brevemente o contexto da década de 90 no qual os países “em desenvolvimento” inseriam-se, é importante ressaltar qual foi a posição da comunidade internacional, isto é, quais foram e são as tomadas de decisões feitas no sentido de combater, ou pelo menos, amenizar essa desigualdade entre os países do centro e da periferia, semi- periferia. Partindo do ponto de que a condição complexa de pobreza desses países é responsabilidade de todos, sobretudo daqueles mais poderosos que possuem maior capacidade de cooperar financeiramente, foram firmados, em 2000, os oito Objetivos do desenvolvimento do Milênio (ODM's), com vinte e uma metas e sessenta indicadores. (ONUBR, 2015)

Neste contexto, os Relatórios do Desenvolvimento Humano, comentados anteriormente neste trabalho, foram de extrema relevância para guiar as atividades propostas pelos ODM's, haja visto a necessidade de uma base de dados para que as devidas ações pudessem ser tomadas com mais eficiência. Desse modo, a partir do IDH calculado dos países, e da análise individual dos indicadores, foi possível para cada Governo, traçar sua estratégia de ação, a fim de atingir os pontos identificados como mais fracos, ou seja, as fragilidades contidas em seus países. Dessa forma, com o auxílio das informações presentes nestes relatórios e nos cálculos, também foram clarificados quais deveriam ser os focos das políticas públicas aplicadas em determinada região, favorecendo o processo de desenvolvimento daquela população.

Os Objetivos foram adotados em uma Conferência Mundial, na Assembléia Geral das Nações Unidas, que ocorreu em 2000, com a presença de cento e noventa e oito chefes globais de países ricos e pobres e vinte e três organizações internacionais, onde estes se reuniram para juntar esforços a fim de “erradicar a pobreza, promover a dignidade e equidade humana e atingir a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental.” (UNDP, 2003, p.1, tradução própria¹⁸). Dessa forma,

¹⁸ to doing all they can to eradicate poverty, promote human dignity and equality and achieve peace, democracy and environmental sustainability.

esses chefes mundiais prometeram permanecer unidos na luta até 2015, a fim de atingirem o bem maior em seus territórios, o desenvolvimento humano. Os OSM's podem ser identificados como:

Figura 1: Objetivos sustentáveis do milênio



Fonte: Gazeta do povo (2010)

Os governos que buscaram incisivamente corresponder à esses objetivos, acabaram por incluir seus feitos em suas campanhas presidenciais, propagando e atribuindo maior visibilidade a este tema para a sociedade civil, um exemplo brasileiro pode ser compreendido pelo programa iniciado por Lula, Luis Inácio Lula da Silva, “Fome zero”, assim como o programa “Minha casa minha vida”. Sem entrar no mérito das consequências positivas e negativas destes programas, a importância deles neste contexto, se dá em prol de representam alguns dos esforços do Governo Federal brasileiro no intuito de fortalecer a agenda internacional para os ODM's, reduzindo a fome e os problemas habitacionais da população, gerando desenvolvimento.

Após tal experiência positiva, a comunidade internacional entendeu que este processo deveria permanecer, para que novos investimentos fossem feitos e mais pessoas conseguissem ser atingidas, ultrapassando a linha de pobreza, de modo que os objetivos do milênio foram ressignificados, transformando-se em um projeto mais ambicioso, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Diferentemente dos ODM's, os ODS's estipulam dezessete objetivos e cento e sessenta e nove metas, acordadas por cento e noventa e três países em 2015 por uma duração de quinze

anos, recebendo nome de Agenda 2030. (ONUBR, 2015). Estes podem ser compreendidos na imagem abaixo:

Figura 2: Objetivos do desenvolvimento sustentável



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2016)

Dessa forma, o desenvolvimento humano passa a ser um desafio global estipulado nestes dezessete objetivos acordados por diversas nações do mundo, que acreditam na necessidade de maximizar o bem estar dos indivíduos, priorizando ações de todos os agentes civis (Governos, sociedade civil, ONG's, Organizações Internacionais) para que tais metas sejam atingidas. Para isso, o índice de desenvolvimento humano, tema do presente trabalho de pesquisa, revela-se de extrema importância para que sejam, de fato, apurados aquelas nações que mais precisam de investimentos, alcançando, assim, uma máxima eficiência no processo de tomada de decisões para estes países e, por conseguinte, o aumento do bem estar geral. (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 20--)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Desenvolvimento Humano surgiu como um substituto em meio aos demais indicadores econômicos existentes, demonstrando uma diferente alternativa interpretativa da vida, das pessoas e da Ciência Econômica, agregando valor à novos parâmetros a fim de obter um resultado que fosse o mais verossímil possível. Diferentemente dos indicadores tradicionais, o IDH considerou outras variáveis além da renda, tendo incluso em seu cálculo a educação e a saúde, fatores de grande relevância para seus idealizadores, Amartya Sen e Mahbub UI Haq.

Haja visto o consenso por parte da equipe do PNUD sobre as limitações desse índice, principalmente o fato dele não conseguir captar todas as dimensões do Desenvolvimento Humano, pode-se perceber que este organismo da ONU está sempre buscando o aprimoramento do IDH, modificando-o com base em sugestões e críticas do público e de suas próprias. Dessa maneira, embora seja um índice que esteja em constante evolução, amadurecimento, este pode ser considerado de grande relevância para a Comunidade Internacional, já que origina fonte de estudos para diversos acadêmicos e profissionais da área de políticas públicas.

Fundamentado na teoria de Sen, este índice parece incompleto para representá-la, uma vez que esta teoria engloba diversas outras variáveis e perspectivas que, na prática, ainda não puderam ser incorporadas. Entretanto, mesmo o IDH não refletindo, precisamente, todos os pontos da teoria do autor, este indicador foi bastante aceito e vêm sendo muito utilizado não apenas no meio internacional, mas também no contexto nacional, evidenciando os aspectos mais urgentes nas sociedades e, assim, favorecendo melhorias no processo de tomada de decisão dos agentes públicos, contribuindo para o expansão do Desenvolvimento Humano.

Os avanços deste indicador podem ser sentidos desde a sua criação na década de 90, com sua presença ativa como tema em expressivas pautas internacionais, fortalecendo sua importância como um indicador econômico com grande potencial social. Sendo assim, o IDH elucida, anualmente, a necessidade de todos com o comprometimento dos valores humanos, tornando possível a maximização das oportunidades do indivíduo, logo, de seu bem-estar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula Monteiro de. **O índice de desenvolvimento humano e a teoria de desenvolvimento de Amartya Sen**. Belo Horizonte, 2011.

BARKER, Ernest. **The politics of Aristotle**. New York: Oxford University Press. 1958. vol. 1. Disponível em < http://files.libertyfund.org/files/819/0033-02_Bk_SM.pdf > acesso em: 20 set. 2017.

CREDER, Fábio; ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Ética economia e justiça: a escolha social no pensamento de Sen e Smith: **Revista Curitiba**, São Carlos, v. 10, n. 1, p.103-126, 2013. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/doiis pontos/article/view/30654> > acesso em: 10 ago. 2017.

DAVEY, Ryan. **Why the HDI is wrong**. Sea3 consulting. Disponível em: <https://www.sea3consulting.com.au/single-post/2017/09/17/Why-the-HDI-is-wrong> 2017.

DESTREMAU, Blandine; SALAMANCA; Pierre. **O tamanho da pobreza**. Tradução de Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. Enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia editora nacional, 1980.

GAZETA DO POVO. **Seminário aponta avanços nos objetivos do milênio**. Blog: Giro sustentável. Disponível em:< <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/seminario-aponta-avancos-nos-objetivos-do-milenio/>> Acesso em: 10 abr. 2018.

HAQ, Mahbudul. A criação do índice de desenvolvimento humano. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMMAR, A. K. (Ed.). **Desenvolvimento humano: leituras selecionadas**. Tradução de Stela Beatris Tôrres Arnold et al. Belo Horizonte: PUC Minas virtual: PNUD, 2007b. Cap 2.1, p.201-217.

HAQ, Mahbudul. O paradigma do desenvolvimento humano. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMMAR, A. K. (Ed.). **Desenvolvimento humano: leituras selecionadas**. Tradução de Stela Beatris Tôrres Arnold et al. Belo Horizonte: PUC Minas virtual: PNUD, 2007a. Cap 1.2, p.63-90.

JAHAN, Selim. **History of the human development index, and its major strengths and weaknesses**. Vídeo no youtube. 2018 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=z5WlqmFG0k4> >. Acesso em: 05 mar. 2018

KANG, Thomas, H. **Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen**. Revista de Economia Política. 2011, v. 31, no 3, pp. 352-369. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300002 > Acesso em: 15 ago. 2017.

LETICHE, John M. Prefácio In: SEN, Amartya, K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: companhia das letras, 1999.

MACHADO, João; PAMPLONA, João. **A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD**. Economia social, Campinas v.17, n.1, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.> acesso em: 10 mar. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>> . Acesso em: 05 mar. 2018.

ONUBR. **PNUD explica transição dos Objetivos sustentáveis do milênio aos objetivos do desenvolvimento sustentável**. Nações Unidas do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>> . Acesso em: 17 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Conheça a ONU**. {S. I.}. ONUBR, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>> Acesso em: 7 jun. 2017.

RELATÓRIO SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf> Acesso em: 15 abr. 2018

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento**. Os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ROBEYNS, Ingrid. Wellbeing, freedom and social justice: The capability approach re-examined. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2017.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2000.

SEN, Amartya K. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Revista de Cultura e Política: **Lua Nova**, n.28-29. São Paulo Abr. 1993. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100016> acesso em: 02 mar. 2017.

SEN, Amartya, K. **A ideia de Justiça**. São Paulo: companhia das letras, 2011.

SEN, Amartya, K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: companhia das letras, 1999.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Vol I. Edinburgh: [s.n], 1806. Disponível em <<https://books.google.co.uk/books?id=xTpFAAAAYAAJ&pg=PA20&hl=en#v=onepage&q&f=false>> acesso em: 13 set. 2017.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Transforming our world: **the 2030 agenda for Sustainable Development**. Department of Economic and Social affairs. 19-- Disponível em: <

<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld> >. Acesso em: 29 abr. 2018

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1990**. UNDP, 1990. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1996_human_development_report.pdf > Acesso em: 02 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1991**. UNDP, 1991. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1996_human_development_report.pdf > Acesso em: 03 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1992**. UNDP, 1992. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1992_human_development_report.pdf > Acesso em: 03 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1993**. UNDP, 1993. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1993_human_development_report.pdf > Acesso em: 03 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1994**. UNDP, 1994. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1994_human_development_report.pdf > Acesso em: 03 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1995**. UNDP, 1995. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1995_human_development_report.pdf > Acesso em: 10 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1996**. UNDP, 1996. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1996_human_development_report.pdf > Acesso em: 15 mar. 2018..

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1997**. UNDP, 1997. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1997_human_development_report.pdf > Acesso em: 15 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1998**. UNDP, 1998. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/1998_human_development_report.pdf > Acesso em: 21 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1999**. UNDP, 1999. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/1999_human_development_report.pdf > Acesso em: 22 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2000**. UNDP, 2000. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2000_human_development_report.pdf > Acesso em: 22 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2001**. UNDP, 2001. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2001_human_development_report.pdf > Acesso em: 28 mar. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2002**. UNDP, 2002. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2002_human_development_report.pdf > Acesso em: 06 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2003**. UNDP, 2003. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2003_human_development_report.pdf > Acesso em: 06 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2004**. UNDP, 2004. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2004_human_development_report.pdf > Acesso em: 07 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2005**. UNDP, 2005. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2005_human_development_report.pdf > Acesso em: 07 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2006**. UNDP, 2006. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2006_human_development_report.pdf > Acesso em: 08 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2007/2008**. UNDP, 2007/2008. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/20072008_human_development_report.pdf > Acesso em: 14 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2009**. UNDP, 2009. Disponível em: <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2009_human_development_report.pdf > Acesso em: 15 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2010**. UNDP, 2010. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2010_human_development_report.pdf > Acesso em: 17 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2011**. UNDP, 2011. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2011_human_development_report.pdf > Acesso em: 17 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2012**. UNDP, 2012. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2012_human_development_report.pdf > Acesso em: 19 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2013**. UNDP, 2013. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2013_human_development_report.pdf > Acesso em: 20 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2014**. UNDP, 2014. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2014_human_development_report.pdf > Acesso em: 25 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2015**. UNDP, 2015. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf > Acesso em: 25 abr. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2016**. UNDP, 2016. Disponível em: <

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf >. Acesso em: 2 mai. 2018

UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Report**.

PNUD, 1990. Disponível em:<

http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf > Acesso em: 22 out. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Novo olha sobre a riqueza**. 2008. Disponível em:

http://www.oeco.org.br/reportagens/10976-oeco_25990/. Acesso em: 12 de mai. 2018.